

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	22
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	88
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	89
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	94
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	97

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	75.577.842
Preferenciais	72.579.922
Total	148.157.764
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	13.757.792	10.234.389	9.362.156
1.01	Ativo Circulante	3.242.337	2.797.079	4.598.183
1.01.01	Disponibilidades	155.094	82.328	188.215
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	75.342	37.592	1.260.813
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	0	2.240	1.224.799
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.342	35.352	36.014
1.01.02.03	Aplicações em Operações Compromissadas	64.000	0	0
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	189.559	68.371	1.039.896
1.01.03.01	Carteira Própria	17.837	18.018	386.905
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	0	0	150.425
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	171.722	50.353	131.114
1.01.03.05	Vinculados à Prestação de Garantias	0	0	371.452
1.01.04	Relações Interfinanceiras	3.942	2.239	1.230
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central do Brasil	3.942	2.172	1.230
1.01.04.03	Correspondente	0	67	0
1.01.06	Operações de Crédito	1.775.658	1.816.039	1.358.703
1.01.06.01	Setor Privado	1.953.214	2.136.277	1.618.024
1.01.06.03	(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-177.556	-320.238	-259.321
1.01.08	Outros Créditos	643.544	343.787	226.118
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	487.870	266.007	48.847
1.01.08.02	Rendas a Receber	11.071	13.028	18.484
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	18.892	76.764	19.392
1.01.08.04	Diversos	56.196	54.017	147.865
1.01.08.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-18.148	-66.029	-17.180
1.01.08.06	Avais e Fianças Honradas	87.663	0	8.710
1.01.09	Outros Valores e Bens	399.198	446.723	523.208
1.01.09.01	Bens não de Uso Próprio	385.621	435.478	508.481
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	13.577	11.245	14.727

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.874.008	6.706.430	3.945.419
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	7.325.363	4.615.752	2.174.684
1.02.02.01	Carteira Própria	2.285.378	1.569.631	330.282
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.107.776	1.723.351	1.528.251
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	896.093	895.996	316.151
1.02.02.05	Vinculados a Compromissos de Recompra	2.036.116	325.922	0
1.02.02.06	Vinculados ao Banco Central	0	100.852	0
1.02.05	Operações de Crédito	1.201.115	811.570	828.780
1.02.05.01	Setor Privado	1.303.493	870.643	929.769
1.02.05.03	(-) Provisão para Operações de Crédito com Liquidação Duvidosa	-102.378	-59.073	-100.989
1.02.07	Outros Créditos	1.328.004	1.259.061	940.187
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	0	0	115.958
1.02.07.02	Rendas a Receber	9.532	19.622	15.991
1.02.07.03	Devedores por Depósito em Garantia	55.335	57.783	51.995
1.02.07.04	Diversos	1.263.162	1.185.201	766.865
1.02.07.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-25	-3.545	-10.622
1.02.08	Outros Valores e Bens	19.526	20.047	1.768
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	19.526	20.047	1.768
1.03	Ativo Permanente	641.447	730.880	818.554
1.03.01	Investimentos	629.962	718.668	816.946
1.03.01.01	Dependências no Exterior	0	0	41.111
1.03.01.02	Participações em Controladas	629.488	718.194	775.564
1.03.01.04	Outros Investimentos	474	474	271
1.03.02	Imobilizado de Uso	8.948	9.575	1.602
1.03.02.01	Instalações, Móveis Equipamentos de Uso	21.603	21.594	13.327
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	5.081	4.360	3.989
1.03.02.03	(-) Depreciações Acumuladas	-17.736	-16.379	-15.714
1.03.04	Intangível	2.537	2.637	6

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.03.04.01	Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.347	12.290	9.614
1.03.04.02	(-) Amortização Acumulada	-810	-9.653	-9.608

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	13.757.792	10.234.389	9.362.156
2.01	Passivo Circulante	4.965.341	3.136.573	2.927.180
2.01.01	Depósitos	2.329.611	2.090.129	1.729.651
2.01.01.01	Depósitos à Vista	169.368	90.281	88.131
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	18.499	67.049	36.103
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	2.141.744	1.932.799	1.605.417
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	2.010.735	345.394	358.692
2.01.02.01	Carteira Própria	2.010.735	345.394	153.698
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	0	0	204.994
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	314.580	493.064	480.867
2.01.03.01	Recursos de letras de crédito imobiliário	84.717	227.945	206.544
2.01.03.02	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	175.701	262.645	258.609
2.01.03.03	Recursos de letras financeiras	54.162	2.474	15.714
2.01.04	Relações Interfinanceiras	293	512	210
2.01.04.01	Correspondentes	293	258	208
2.01.04.02	Recebimentos e pagamentos a liquidar	0	254	2
2.01.05	Relações Interdependências	782	5.885	4.509
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	782	5.885	4.509
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	5	22.516	29.887
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	5	22.516	29.887
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	8.642	28.474	53.514
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	36.398	49.984	179.599
2.01.09	Outras Obrigações	264.295	100.615	90.251
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	26.285	39.853	46.143
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	52	646	1.863
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	117.636	10.775	7.748
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	23.749	13.305	8.594
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	2.032	6.492	5.409

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.01.09.08	Dívidas Subordinada	63.398	0	0
2.01.09.09	Outros	31.143	29.544	20.494
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.979.608	6.222.867	5.530.561
2.02.01	Depósitos	5.013.310	3.810.913	3.710.536
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	513.495	0	55.027
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	4.499.815	3.810.913	3.655.509
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	220.595	41.313	16.412
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	125.046	0	0
2.02.03.02	Recursos de letras financeiras	5.549	8.379	9.731
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	90.000	32.934	6.681
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	14.377	21.940	50.982
2.02.09	Outras Obrigações	2.731.326	2.348.701	1.752.631
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.408.164	2.004.215	1.625.750
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	193.556	177.659	11.209
2.02.09.03	Provisão para Passivos Contingentes	18.319	19.257	13.882
2.02.09.04	Dívida Subordinada	79.037	131.457	75.495
2.02.09.05	Outros	32.250	16.113	26.295
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	20.149	33.894	35.675
2.05	Patrimônio Líquido	792.694	841.055	868.740
2.05.01	Capital Social Realizado	1.202.393	1.202.393	1.112.259
2.05.01.01	De Domiciliados no País	1.073.526	1.073.526	983.392
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	128.867	128.867	128.867
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	-39
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	-39
2.05.04.07.01	(-) Ações em Tesouraria	0	0	-39
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	14.517	-746	-1.135
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-424.216	-360.592	-242.345

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	659.459	578.840	589.847
3.01.01	Operações de Crédito	341.047	341.143	343.160
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	249.005	183.711	193.742
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-72.527	-6.148	-48.948
3.01.04	Resultado com Operações de Câmbio	141.934	60.134	101.893
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-519.314	-676.906	-545.900
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-498.584	-539.893	-510.048
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-52.769	-44.975	-115.641
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	32.039	-92.038	79.789
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	140.145	-98.066	43.947
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-265.223	-180.802	-117.868
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	34.347	36.319	59.834
3.04.02	Despesas de Pessoal	-86.994	-82.868	-97.197
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-87.202	-94.429	-95.569
3.04.04	Despesas Tributárias	-5.947	-13.172	-5.669
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	16.767	44.759	34.336
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-105.478	-66.455	-50.025
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-30.716	-4.956	36.422
3.05	Resultado Operacional	-125.078	-278.868	-73.921
3.06	Resultado Não Operacional	4.541	18.272	3.739
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-120.537	-260.596	-70.182
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	0	-11.415	-814
3.09	IR Diferido	72.718	177.817	30.052
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-15.805	-24.014	-18.762
3.10.01	Participações	-15.805	-24.014	-18.762
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	-63.624	-118.208	-59.706
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,42943	-0,79785	-0,49275

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-63.624	-118.208	-59.706
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.263	389	13.386
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	24.764	-4.894	27.292
4.02.02	Hedges fluxo de caixa	-9	-7	59
4.02.03	Outros resultados abrangentes	2.995	5.371	-2.795
4.02.04	Imposto de renda	-12.487	-81	-11.170
4.03	Resultado Abrangente do Período	-48.361	-117.819	-46.320

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-8.173	-1.452.612	286.941
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-223.947	-202.577	-234.701
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-63.624	-118.208	-59.706
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-32.039	92.038	-79.789
6.01.01.03	Impostos Diferidos	-72.718	-177.817	-30.052
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	2.149	990	688
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-2.520	500	-2.005
6.01.01.06	Resultado de Participação e Controlada	30.716	4.956	-36.422
6.01.01.07	Prejuízo (Lucro) na Alienação de Imobilizado	0	0	-26
6.01.01.10	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa Equivalentes de Caixa	-86.493	-3.876	-21.601
6.01.01.11	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	582	-1.160	-5.788
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	215.774	-1.250.035	521.642
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.352	662	214.496
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	-2.309.742	-1.247.283	-251.224
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operações de Crédito	-368.526	-490.392	745.603
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros Créditos	-244.580	-300.496	-185.672
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens	48.045	58.207	-230.096
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Relações Interfinanceiras e Interdependências	-7.025	669	-2.537
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	-115.413	257.836	-16.281
6.01.02.08	Aumento (Redução) de Depósitos	1.441.879	460.855	1.473.638
6.01.02.09	Aumento (Redução) de Operações Compromissadas	1.665.341	-13.298	-39.311
6.01.02.10	Aumento (Redução) de Recursos e Aceites e Emissões de Títulos	798	37.098	-743.376
6.01.02.11	Aumento (Redução) de Outras Obrigações	146.882	178.956	47.973
6.01.02.12	Aumento (Redução) de Obrigações por Empréstimos e Repasses	-63.492	-191.068	-436.960
6.01.02.13	Aumento (Redução) de Resultado de Exercícios Futuros	-13.745	-1.781	-54.611
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.421	-30.005	-59.777
6.02.01	Aquisição de imobilizado de uso	-750	-8.918	56
6.02.03	Redução/Aumento de capital em controladas	0	-18.209	-59.397

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.05	Aquisição/Alienação de intangível	-671	-2.676	0
6.02.06	Aquisição de investimentos em coligadas e controladas	0	-202	-436
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	68.969	150.295	6.609
6.03.01	Venda (Aquisição) de Ações Próprias	0	0	6.609
6.03.02	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	57.991	4.200	0
6.03.03	Aumento de capital	0	90.133	0
6.03.05	Aumento (Redução) em Obrigações por Dívidas Subordinadas	10.978	55.962	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	86.493	3.876	21.601
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	145.868	-1.328.446	255.374
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	84.568	1.413.014	1.157.640
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	230.436	84.568	1.413.014

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-360.592	-746	841.055
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-360.592	-746	841.055
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-63.624	0	-63.624
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	15.263	15.263
5.07.04	MTM de Títulos	0	0	0	0	0	13.621	13.621
5.07.05	MTM Hedge de FI	0	0	0	0	0	-5	-5
5.07.06	Outros Ajustes	0	0	0	0	0	1.647	1.647
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.112.259	0	0	-39	-242.345	-1.135	868.740
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.112.259	0	0	-39	-242.345	-1.135	868.740
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-118.208	0	-118.208
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	389	389
5.07.04	MTM de Títulos Disponíveis para Venda	0	0	0	0	0	-3.065	-3.065
5.07.05	MTM Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	0	-4	-4
5.07.06	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3.458	3.458
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	90.134	0	0	0	0	0	90.134
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	39	-39	0	0
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-360.592	-746	841.055

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.112.259	0	0	-18.876	-170.411	-14.521	908.451
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.112.259	0	0	-18.876	-170.411	-14.521	908.451
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-59.706	0	-59.706
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	13.386	13.386
5.07.04	MTM de Títulos Disponíveis para Venda	0	0	0	0	0	15.383	15.383
5.07.05	MTM Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	0	-126	-126
5.07.06	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.871	-1.871
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	18.837	-12.228	0	6.609
5.13	Saldo Final	1.112.259	0	0	-39	-242.345	-1.135	868.740

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	641.675	519.697	717.520
7.01.01	Intermediação Financeira	659.459	578.840	589.847
7.01.02	Prestação de Serviços	34.347	36.319	59.834
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	32.039	-92.038	79.789
7.01.04	Outras	-84.170	-3.424	-11.950
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-551.353	-584.868	-625.689
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70.087	-78.822	-84.222
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-352	-909	-616
7.03.02	Serviços de Terceiros	-44.687	-49.324	-57.892
7.03.04	Outros	-25.048	-28.589	-25.714
7.04	Valor Adicionado Bruto	20.235	-143.993	7.609
7.05	Retenções	-2.149	-990	-688
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.149	-990	-688
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	18.086	-144.983	6.921
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-30.716	-4.956	36.422
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-30.716	-4.956	36.422
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	-12.630	-149.939	43.343
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	-12.630	-149.939	43.343
7.09.01	Pessoal	102.799	106.882	115.959
7.09.01.01	Remuneração Direta	55.902	53.526	64.752
7.09.01.02	Benefícios	12.745	11.790	12.035
7.09.01.03	F.G.T.S.	18.347	17.552	20.410
7.09.01.04	Outros	15.805	24.014	18.762
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-66.771	-153.230	-23.569
7.09.02.01	Federais	-68.499	-155.158	-27.064
7.09.02.02	Estaduais	0	0	1
7.09.02.03	Municipais	1.728	1.928	3.494
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.966	14.617	10.659

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.09.03.01	Aluguéis	14.966	14.617	10.659
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	-63.624	-118.208	-59.706
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-63.624	-118.208	-59.706

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	0	10.000.738	9.258.974
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	85.569	1.453.338
1.02	Ativos Financeiros	0	7.859.169	6.429.296
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	0	2.424.485	2.970.766
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	2.262.113	728.243
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	0	3.172.571	2.730.287
1.03	Tributos Diferidos	0	694.168	542.224
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	694.168	542.224
1.04	Outros Ativos	0	1.320.341	832.119
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	0	1.022.787	508.481
1.04.03	Outros	0	297.554	323.638
1.06	Imobilizado	0	38.854	1.602
1.06.01	Imobilizado de Uso	0	38.854	1.602
1.07	Intangível	0	2.637	395
1.07.01	Intangíveis	0	2.637	395

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	0	10.000.738	9.258.974
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	0	2.044.068	1.671.893
2.01.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	2.044.068	1.671.893
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	7.001.314	6.654.338
2.03.01	Depósitos de instituições financeiras	0	67.049	91.130
2.03.02	Depósitos de clientes	0	6.245.729	5.749.153
2.03.03	Captações no mercado aberto	0	345.394	358.692
2.03.04	Obrigações por títulos e valores mobiliários	0	10.852	25.097
2.03.05	Obrigações por empréstimos e repasses	0	125.800	319.096
2.03.07	Outros passivos financeiros	0	51.583	35.675
2.03.08	Dívidas subordinadas	0	131.457	75.495
2.03.09	Outras obrigações	0	23.450	0
2.04	Provisões	0	41.496	34.551
2.04.01	Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	0	41.127	34.182
2.04.02	Provisões para riscos fiscais	0	369	369
2.05	Passivos Fiscais	0	2.176	2.131
2.06	Outros Passivos	0	30.445	27.324
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	0	881.239	868.737
2.08.01	Capital Social Realizado	0	1.202.393	1.112.259
2.08.04	Reservas de Lucros	0	0	-39
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	0	0	-39
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-358.428	-134.968
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	37.274	-5.418
2.08.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	-103.097

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	0	893.443	758.653
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	0	-701.950	-736.135
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	0	191.493	22.518
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	0	-467.451	-73.126
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	0	40.053	62.225
3.04.02	Despesas de Pessoal	0	-100.991	-116.108
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	0	-102.504	-87.497
3.04.04	Despesas Tributárias	0	-27.861	-10.114
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	0	-167.714	19.860
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	0	155.235	186.318
3.04.05.03	Variações cambiais líquidas	0	-348.615	-197.457
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais	0	7.900	31.483
3.04.05.05	Resultado na alienação de ativos não recorrentes para a venda	0	17.766	-484
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	0	-108.434	58.508
3.04.06.01	Depreciação e amortização	0	-990	-698
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	0	-1.257	5.638
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	0	-106.187	53.568
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	-275.958	-50.608
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	160.331	7.514
3.06.01	Corrente	0	0	-11.368
3.06.02	Diferido	0	0	18.882
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	-115.627	-43.094
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	-115.627	-43.094
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	-115.627	-43.094
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0,78043	0,36324
3.99.01.02	PN	0	0,78043	0,36324

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	-115.627	-43.094
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	2.941	-10.437
4.02.01	Ativos financeiros disponível para venda	0	0	-62.618
4.02.02	Ativos financeiros (VJORA)	0	-2.868	21.952
4.02.03	Hedges fluxo de caixa	0	1.957	4.007
4.02.04	Outros resultados abrangentes	0	3.459	-1.872
4.02.05	Imposto de Renda	0	393	28.094
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	-112.686	-53.531
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	-112.686	-53.531

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-1.477.296	232.606
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	-188.180	-142.111
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	0	-115.627	-43.094
6.01.01.02	Depreciação e Amortização do intangível	0	990	698
6.01.01.03	Impostos diferidos	0	-177.111	-18.882
6.01.01.04	Impairment	0	106.187	-53.568
6.01.01.05	Provisões/Reversões para contingências (líquidas)	0	1.257	-5.638
6.01.01.06	Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, bens não de uso e investimentos	0	0	-26
6.01.01.08	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	0	-3.876	-21.601
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-1.289.116	374.717
6.01.02.01	(Aumento) Redução Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	0	662	214.495
6.01.02.04	(Aumento) Redução Derivativos (líquidos)	0	257.836	-16.281
6.01.02.05	(Aumento) Redução Empréstimos e adiantamentos a clientes	0	-655.861	818.871
6.01.02.06	(Aumento) Redução Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	25.167	-39.396
6.01.02.07	(Aumento) Redução Ativos não correntes para venda	0	-514.306	-228.723
6.01.02.08	(Aumento) Redução Imposto de renda a compensar	0	-12.160	1.552
6.01.02.09	(Aumento) Redução em Devedores por Depósitos em Garantia	0	-5.890	-2.678
6.01.02.10	(Aumento) Redução Outros Ativos	0	44.134	87.294
6.01.02.11	Aumento (Redução) Obrigações por títulos e valores mobiliários	0	-14.245	-62.919
6.01.02.12	Ativos financeiros ao custo amortizado - Instrumento de dívida	0	106.346	117.483
6.01.02.13	Aumento (Redução) Depósitos de instituições de crédito e de clientes	0	472.495	787.473
6.01.02.14	Aumento (Redução) Captações no mercado aberto	0	-13.298	-39.311
6.01.02.15	Aumento (Redução) Obrigações por empréstimos e repasses	0	-193.296	-420.495
6.01.02.16	(Aumento) Redução de Títulos e valores mobiliários	0	-830.176	-765.034
6.01.02.18	Aumento (Redução) Outros Passivos Financeiros	0	15.908	-54.612
6.01.02.19	Aumento (Redução) Provisões e Passivos Fiscais	0	5.733	-1.479
6.01.02.20	Aumento (Redução) Outras Obrigações	0	21.835	-21.523
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-40.484	55

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.02	(Aquisição) de Imobilizado de uso	0	-38.197	112
6.02.03	(Aquisição) do Intangível	0	-2.287	-57
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	146.135	41.087
6.03.02	Aquisições líquida de ações em tesouraria	0	39	6.609
6.03.03	Aumento (Redução) Dívidas subordinadas	0	55.962	34.478
6.03.04	Aumento de Capital	0	90.134	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	3.876	21.601
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-1.367.769	295.349
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	1.453.338	1.157.989
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	85.569	1.453.338

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.112.259	-39	0	-238.065	-5.418	868.737	0	868.737
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-417	0	-417	0	-417
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.112.259	-39	0	-238.482	-5.418	868.320	0	868.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	90.134	39	0	-39	0	90.134	0	90.134
5.04.01	Aumentos de Capital	90.134	0	0	0	0	90.134	0	90.134
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	39	0	-39	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-119.907	2.941	-116.966	0	-116.966
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-115.627	0	-115.627	0	-115.627
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-4.280	2.941	-1.339	0	-1.339
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-4.280	2.941	-1.339	0	-1.339
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	39.751	39.751	0	39.751
5.07	Saldos Finais	1.202.393	0	0	-358.428	37.274	881.239	0	881.239

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.112.259	-18.876	0	-179.172	42.503	956.714	0	956.714
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.112.259	-18.876	0	-179.172	42.503	956.714	0	956.714
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	18.837	0	-12.228	0	6.609	0	6.609
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	18.837	0	-12.228	0	6.609	0	6.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.665	-47.921	-94.586	0	-94.586
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-43.094	0	-43.094	0	-43.094
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.571	-47.921	-51.492	0	-51.492
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.571	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.112.259	-39	0	-238.065	-5.418	868.737	0	868.737

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	0	659.595	894.306
7.01.01	Intermediação Financeira	0	700.063	747.514
7.01.02	Prestação de Serviços	0	40.053	62.225
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-106.187	53.568
7.01.04	Outras	0	25.666	30.999
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	0	-701.950	-736.135
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-89.066	-71.200
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	0	910	616
7.03.02	Serviços de Terceiros	0	-88.719	-77.454
7.03.04	Outros	0	-1.257	5.638
7.04	Valor Adicionado Bruto	0	-131.421	86.971
7.05	Retenções	0	-990	-698
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-990	-698
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	-132.411	86.273
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	-132.411	86.273
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	0	-132.411	86.273
7.09.01	Pessoal	0	100.991	116.114
7.09.01.01	Remuneração Direta	0	47.612	64.838
7.09.01.02	Benefícios	0	11.807	12.074
7.09.01.03	F.G.T.S.	0	4.574	20.431
7.09.01.04	Outros	0	36.998	18.771
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	-132.470	2.594
7.09.02.01	Federais	0	-145.640	-1.477
7.09.02.02	Estaduais	0	24	299
7.09.02.03	Municipais	0	13.146	3.772
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	14.695	10.659
7.09.03.01	Aluguéis	0	14.695	10.659
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	-115.627	-43.094

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	-115.627	-43.094

Relatório da Administração Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Pine S.A. relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quarto trimestre de 2020 confirmou a continuidade da recuperação econômica iniciada no terceiro trimestre no Brasil e, principalmente, no exterior. As médias trimestrais mensais das vendas domésticas do varejo e da produção industrial cresceram, respectivamente, 1,7% e 1,8% no 4T20 ante o 4T19, e 8,7% e 5,6% em relação ao 3T20, considerando os dados prévios. Na comparação anual, o crescimento da indústria acelerou, enquanto que a expansão das vendas varejista desaqueceu. Por um lado, a utilização da capacidade instalada na indústria de transformação está elevada, em 80%, maior nível desde o 4T14 e muito acima da média de 75,8% entre o 2T15 e 1T20. Isso se deve à diminuição parcial da capacidade produtiva na indústria de transformação, à interrupção na cadeia de oferta doméstica e global e à possível racionalização da produção industrial. Por outro lado, a desaceleração do crescimento anual do comércio varejista no 4T20 pode ser explicada parcialmente pelos efeitos da redução do auxílio emergencial de R\$600,00 para R\$300,00 sobre o consumo das famílias.

A recuperação do setor de serviços, por sua vez, vem se apresentando mais lenta desde o terceiro trimestre, o que se deve ao fechamento de empresas de pequeno a médio portes e pela menor capacidade de oferta do setor. A sua produção reduziu no 4T20 em relação ao 4T19, mas cresceu em relação ao 3T20. Apesar da recuperação da produção de serviços, da sua elevada capacidade de absorção de mão de obra e da criação de 140 mil vagas de trabalho em serviços no trimestre passado, o desemprego continuou subindo no 4T20. Portanto, a recuperação mensal da indústria, comércio e serviços vem se caracterizando pela ocupação parcial da capacidade produtiva e pelo forte recrudescimento da inflação, mesmo com uma retomada ainda bastante gradual da demanda.

A introdução acima demarca alguns dos problemas que a economia brasileira tende a enfrentar ao longo do ano, além de todos os desafios atrelados à pandemia, a exemplo do que ocorre globalmente. A expectativa de alta inflação até o final do primeiro semestre de 2021 limita o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, contribuindo para que o PIB anual oscile entre 2,5% e 3,0% ante -4,5% no ano passado. Disposto a evitar efeitos mais profundos da inflação sobre a elevação da curva de juros e a consequente desaceleração da taxa esperada de crescimento do PIB em 2021, o governo brasileiro tem anunciado a intenção de retirar progressivamente os impulsos fiscais que levaram o déficit primário do setor público para 9,5% do PIB em 2020. O governo central parece almejar um déficit primário de até 3% do PIB no final de 2021. No entanto, os prováveis reajustes dos gastos sociais associados à elevada inflação do ano passado – que atingiu 4,5%, bem acima dos 2,2% contemplados no projeto orçamentário apresentado em agosto de 2020 – podem custar R\$35 bilhões adicionais. Esta é uma séria ameaça ao teto de gastos governamentais em 2021.

O impulso fiscal e os elevados déficits primários do governo tendem a manter a dívida bruta do setor público acima de 90% do PIB em 2021. Estas perspectivas contribuem para que os juros futuros longos – ou seja, os vincendos em janeiro 2025 – permaneçam elevados, entre 6,0% e 6,5%, prejudicando a perenidade do crédito privado de longo prazo, a rolagem da dívida pública para prazos superiores a três anos, e a intenção do Banco Central em manter a taxa Selic em 2% pelo menos até o final de junho de 2021.

Apesar da revisão da inflação de 2021 estar ainda abaixo do centro da meta, 3,75%, a continuidade dos impulsos fiscais e das restrições setoriais de oferta tendem a levar as projeções para a inflação ao consumidor para perto do centro da meta no ano e para níveis superiores ao centro da meta em 2022 (igual a 3,5%). Isso pode induzir o Banco Central a iniciar o processo de elevação da Selic já em maio e a fixá-la em no máximo 4,0% no final do ano.

A expansão monetária corrente e a manutenção da Selic abaixo de 4% são importantes para manter a taxa de inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado em até 2,0% e para preservar o crédito com recursos privados destinados à PJ acima de 14% do PIB, superior à média histórica de 12,7% do PIB entre 2007 e 2019. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 2,5% em 2021 e 2022. Entretanto, o objetivo do Banco Central em manter a Selic relativamente baixa, facilitando o funcionamento do mercado de crédito privado, depende – em última instância – do ajuste fiscal a ser perseguido nos próximos anos. O sucesso na redução do déficit primário do setor público é a principal condição para que os juros futuros de longo prazo diminuam do intervalo atual, permitindo a perenidade do crédito privado.

O cenário para a economia global em 2021 se mostra construtivo, revertendo a retração registrada em 2020 decorrente da pandemia, cuja dinâmica continua sendo fator preponderante e, até mesmo imponderável no começo de 2021. O desempenho do mercado de capitais tem surpreendido e as empresas encontram-se relativamente pouco endividadas, com elevado nível de caixa e com o número de recuperações judiciais em linha com a média histórica, apesar da forte

Relatório da Administração e Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



contração do PIB. Apesar das preocupações e cautela com o comportamento da doença e de seus efeitos negativos sobre a atividade global neste início de ano, a base para a retomada é o processo de contenção da pandemia e, principalmente, de vacinação, que deve ganhar força mundial nos próximos trimestres.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pelo desencadear da pandemia do coronavírus, que trouxe incertezas e grandes desafios para a economia e toda a sociedade brasileira e mundial. As medidas de isolamento e distanciamento social afetaram de forma particularmente intensa o segmento PJ do país, e a partir de março, a administração do Banco tomou medidas e/ou acelerou iniciativas internas com o objetivo de assegurar a continuidade dos negócios, proteger o patrimônio do Banco e otimizar sua capacidade de geração de resultados, ajustando o ritmo das estratégias de crescimento sem perder o foco na segurança dos seus colaboradores e clientes.

O Banco iniciou o exercício de 2020 com boas perspectivas acerca da aceleração do crescimento da economia brasileira, concomitante à nossa já bem-sucedida estratégia de ampliação da base de clientes. No entanto, os impactos da pandemia se mostraram intensos, especialmente ao longo do segundo trimestre. Assim, o Banco ativou seu plano de continuidade de negócios, criou o Comitê de Crises e manteve-se totalmente operacional, sem qualquer tipo de interrupção, com 100% dos colaboradores no regime de *home office* – viabilizado pelos investimentos em tecnologia feitos desde 2017.

Diante disto, o primeiro semestre do ano foi um período de ajustes e adaptações, tanto do setor público quanto privado, buscando definir medidas fiscais e monetárias que mitigassem os impactos causados pela pandemia. Ao decorrer dos meses, o mercado financeiro foi ganhando cada vez mais maturidade e juntamente com as ações do Banco Central, criou mecanismos de gestão de capital e liquidez para reforçar a solidez do setor.

No segundo semestre, parte destas medidas estavam implementadas e gerando resultados. Foram criadas oportunidades especialmente para as pequenas e médias empresas, que sofreram um grande impacto na crise e são muito relevantes para a economia, considerando a sua importância na geração de empregos. Estes estímulos corroboraram com a estratégia da Companhia, que visa o crescimento do segmento Empresas, que por sua vez possui toda a capacidade para ser um grande aliado na retomada econômica do país.

Acompanhando a melhora gradativa nos indicadores de atividade econômica, o Banco adotou medidas para conter custos, gerenciar risco de crédito, preservar caixa e reforçar a liquidez, com objetivo de aumentar a resiliência a grandes oscilações do mercado, e também permitir a expansão da oferta de produtos de longo prazo aos nossos clientes. O Banco apresentou uma expansão relevante na Carteira Classificada (Res. 2.682) em dezembro de 2020, com um crescimento de 18,0% em relação a setembro e de 12,1% na comparação com os últimos 12 meses, evoluindo tanto no segmento Empresas quanto no Grandes Empresas. Na evolução anual, destacaram-se a comercialização de produtos voltados para capital de giro, reflexo do processo de capitalização e reestruturação das empresas, e na comparação com setembro de 2020, notou-se uma retomada nas duplicatas, em resposta ao reaquecimento do mercado.

Também houve um avanço significativo nas originações de crédito, que totalizaram R\$1,3 bilhão no 4T20, volume recorde em relação aos trimestres anteriores, dos quais 45% foram referentes ao segmento Empresas e 55% ao segmento Grandes Empresas. Ao longo de 2020, o Banco continuou investindo na melhoria da qualidade dos serviços prestados, com objetivo de aprimorar a experiência dos clientes atuais, bem como sua capacidade de atrair e reter novos clientes, além de ter avançado no desenvolvimento de sua força comercial própria e com parceiros.

Em 2020, o Banco desenvolveu um projeto chamado Pine Parcerias, cujo objetivo é atrair novos clientes por meio da indicação de escritórios especializados, aproveitando assim da sinergia com outras instituições que possuem longa experiência setorial e regional. O projeto abrange todo o Brasil, oferecendo o portfólio de produtos do Banco à grupos econômicos que faturam a partir de R\$50 milhões anualmente.

Os esforços para melhorar a qualidade dos ativos apresentaram resultados importantes em 2020. A inadimplência acima de 90 dias permaneceu sob controle durante praticamente todo o ano, encerrando o ano em 0,6%, e com percentual da carteira de crédito classificada entre os *ratings* AA-C em 91,4% no final de 2020, em comparação a 84,4% em dezembro de 2019. Essa melhora é reflexo da robustez dos motores de crédito, e reforça a assertividade do modelo de negócios adotado desde 2017, quando o Banco retornou ao segmento Empresas, praticando maiores *spreads*, com foco na qualidade dos ativos e na pulverização do risco.

A manutenção da taxa básica de juros, a alta volatilidade do mercado de capitais durante a crise, e a inclinação da curva de juros mais acentuada incentivaram os investidores a buscarem ativos mais rentáveis e de longo prazo, refletindo em um crescimento de 26,4% nas captações em relação a dezembro de 2019. Vale ressaltar que 80% do *funding* foi originado

Relatório da Administração e Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



por pessoas físicas e possuem vencimento superior a 3 anos, sendo que apenas 2% das captações são com liquidez diária.

A resiliência do Banco ao cenário apresentado em 2020, o balanço sólido e o modelo de negócios bem definido foram essenciais para que a Companhia atravessasse este período de forma saudável, sem prejuízo na comunicação entre as equipes e ao atendimento aos clientes. O Banco, em conjunto com seus colaboradores, evidenciou sua capacidade de adaptação e inovação, administrando novos riscos e demonstrando o quanto pode ser aprendido em momentos de maiores adversidades. Vale mencionar que houve melhorias relevantes no *NPS – Net Promoter Score*, que encerrou o ano em 83 pontos, evidenciando a satisfação dos clientes com os serviços prestados.

Para 2021, a administração já reforçou os níveis de liquidez para apoiar o crescimento comercial, e continuará buscando manter os níveis adequados de capital, avançando na estratégia de pulverização e expansão do crédito, apoiando a recuperação, crescimento e desenvolvimento dos milhares de clientes que contam com o Pine, certos de que o Banco está preparado e fortalecido para retomar o crescimento sustentável a partir deste ano, tendo como direcional a geração de valor a todos os *stakeholders*.

3. PERFIL INSTITUCIONAL

O Banco Pine (B3: PINE4) é um Banco regional brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte anos destaca-se em financiar e assessorar grandes e médias empresas. Sua estratégia baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas, como, serviços de conta corrente, rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos.

Esta estratégia requer diversidade de produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade - características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

Pine Empresas

Por meio de soluções **ágeis e funcionais** que facilitam o dia-a-dia dos clientes, oferecemos uma ampla variedade de produtos e serviços, além de possibilitar **integrações rápidas e seguras** com os sistemas dos nossos parceiros por meio da disponibilidade de várias APIs. Atendemos grupos econômicos com faturamento anual **acima de R\$10 milhões** classificados em dois segmentos:

GRANDES EMPRESAS Grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$ 500 milhões	EMPRESAS Grupos econômicos com faturamento anual de até R\$ 500 milhões
---	---

Pine Online

O Pine Online é uma plataforma totalmente digital de investimentos voltada exclusivamente para pessoas físicas, com foco em produtos de renda fixa do próprio Banco, como LCA, LCI e CDB. Não há cobrança de tarifas, e as opções de investimento são customizadas de acordo com o perfil e necessidade de cada cliente. Mais informações acesse: www.pine.com/pine-online

4. DESTAQUES DO PERÍODO

Nesse trimestre também passamos a considerar os efeitos de itens extraordinários no resultado, demonstrando o lucro líquido ajustado por eventos não recorrentes. Para fins de comparabilidade, o resultado do ano de 2019 também foi ajustado. Para mais informações, acesse o Relatório de Análise do Resultado do 4T20 disponível no site de RI.

- O resultado recorrente gerencial totalizou R\$-33,7 milhões em 2020, melhora de 72,8% em relação a 2019, quando o prejuízo somou R\$-124,1 milhões.
- Em 2020, a Margem Financeira Bruta (MFB) totalizou R\$124,8 milhões, comparado a R\$26,7 milhões em 2019, crescimento decorrente de maiores receitas oriundas das operações com clientes, atribuído aos maiores volumes de originação com maiores *spreads*, principalmente do segmento Empresas. Com isso, a *Net Interest Margin (NIM)* com clientes encerrou o ano em 2,1%, comparável a 1,1% em 2019, reflexo dos avanços na estratégia de mudança no *mix* de produtos e de segmentos.

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 5,6% na comparação anual, principalmente devido à redução da comissão de fianças, reflexo da estratégia de otimização de capital do Banco alinhada a não renovação de cartas fiduciárias após o vencimento.
- Manutenção do patamar de despesas de pessoal e administrativas, que reduziram 4,0% na comparação do acumulado dos últimos 12 meses.
- A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$3,9 bilhões em dezembro de 2020, crescimento de 12,1% nos últimos 12 meses.
- Continua pulverização do risco da carteira de crédito consolidada, encerrando o ano com *ticket* médio de R\$7,8 milhões e aproximadamente 600 clientes.
- Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$2,4 bilhões.
- Índice de Basileia encerrou dezembro de 2020 em 11,7%, sendo 10,7% de Capital Nível I.

No quadro abaixo consolidamos nossas informações financeiras gerenciais considerando as reclassificações feitas a partir do resultado contábil.

RESULTADOS (R\$ Milhões)	4T19	3T20	4T20	2019	2020	Variação	
						Δ 4T19	Δ 2019
Margem financeira bruta	34,4	24,5	22,5	26,7	124,8	-34,6%	-
Custo de crédito	(24,0)	(7,3)	(9,7)	(64,0)	(12,9)	-59,4%	-79,8%
Receita de prestação de serviços e tarifas	12,8	14,0	10,2	44,8	42,3	-20,5%	-5,6%
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(62,5)	(42,4)	(60,1)	(199,6)	(191,6)	-3,8%	-4,0%
Resultado operacional	(46,1)	(15,1)	(41,3)	(180,6)	(51,2)	-10,4%	-71,6%
Lucro líquido / (prejuízo) recorrente	(33,1)	(11,2)	(27,2)	(124,1)	(33,7)	-17,9%	-72,8%

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	Dez19	Set20	Dez20	Variação	
				Δ Set20	Δ Dez19
Total de ativos	10.140,3	12.148,8	13.696,5	12,7%	35,1%
Carteira de crédito expandida	4.308,0	3.962,9	4.527,3	14,2%	5,1%
Grandes Empresas	3.083,2	2.830,4	3.083,3	8,9%	0,0%
Empresas	1.224,8	1.132,5	1.444,0	27,5%	17,9%
Recursos captados	6.698,4	7.287,4	8.467,7	16,2%	26,4%
Patrimônio líquido	841,1	814,7	792,7	-2,7%	-5,8%

INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	4T19	3T20	4T20	Variação	
				Δ 3T20	Δ 4T19
Net interest Margin (NIM) com Clientes	1,84	2,03	2,70	0,7 p.p.	0,9 p.p.
ROE (%a.a.)	(11,2)	(5,3)	(24,0)	-18,7 p.p.	-12,8 p.p.
Índice de Basileia	12,3	13,1	11,7	-1,4 p.p.	-0,6 p.p.
Índice de Capital Nível I	10,8	11,9	10,7	-1,2 p.p.	-0,1 p.p.
Inadimplência (acima de 90 dias)	2,5	0,2	0,6	0,4 p.p.	-1,9 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	515,9	4.607,7	1.372,3	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES	Dez19	Set20	Dez20	Variação	
				Δ Set20	Δ Dez19
Colaboradores (quantidade)	434	383	390	1,8%	-10,1%
Valor de mercado (R\$ milhões)	622,3	380,8	373,4	-1,9%	-40,0%
Valor Patrimonial por ação (R\$)	5,68	5,50	5,35	-2,7%	-5,8%

Resultado consolidado

O resultado recorrente gerencial totalizou R\$-33,7 milhões, melhora de 72,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Essa variação reflete (i) o crescimento da Margem Bruta, principalmente nas receitas recorrentes de crédito e de tesouraria, (ii) a redução no custo de crédito, e (iii) a manutenção das despesas operacionais.

Relatório da Administração Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Destaques patrimoniais

Os ativos totais alcançaram R\$13,7 bilhões ao final de dezembro de 2020, crescimento de 35,1% em 12 meses, e de 12,7% no quarto trimestre. O patrimônio líquido totalizou R\$792,7 milhões em 2020.

A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$3,9 bilhões em Dez.20, crescimento de 12,1% nos últimos 12 meses. Essa variação é explicada pela maior originação de novos créditos a partir do segundo semestre, tanto nos produtos de desconto – reflexo da retomada da atividade econômica, quanto nos produtos de capital de giro devido à concessão de crédito por meio do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), evidenciando como as empresas estão buscando se capitalizar e se reestruturar para este novo cenário. No trimestre, o crescimento foi de 18,0%, com movimentos relevantes em ambos segmentos e em todos os produtos, com destaque para as linhas de crédito ancoradas em recebíveis, capital de giro e *trade finance*, comprovando nossa resiliência ao cenário apresentado em 2020.

Os créditos classificados entre os ratings AA-C, segundo a Res. nº 2.682 do Banco Central, representavam 91,4% da carteira de crédito ao final de dezembro de 2020, ante 84,4% em dezembro de 2019, ratificando a melhora da carteira e refletindo a qualidade das novas safras e dos processos de concessão de crédito, além de evidenciar a estratégia de migração da carteira para operações de maior rentabilidade e com mais garantias atreladas.

Captação

O total de captação atingiu R\$8,5 bilhões em dezembro de 2020, apresentando um aumento de 26,4% em 12 meses. O portfólio do Banco permanece diversificado e segue alocado em prazos mais longos, corroborando com o perfil dos ativos de crédito.

As captações com pessoas físicas representaram 79,8% do total de *funding*, todas originadas por meio das mais de 50 distribuidoras que o Banco opera, ou pelo Pine Online, plataforma interna de investimentos. Por meio da plataforma foi possível abranger um escopo maior de clientes, enquanto também auxilia na redução nos custos de captação, oferecendo ainda mais vantagens frente ao mercado.

Índice da Basileia

O Índice de Basileia atingiu 11,7% em dezembro de 2020, sendo que o índice de Capital Nível I totalizou 10,7%. Este patamar segue adequado com a estratégia do nosso apetite a risco, especialmente de crédito.

Na comparação com setembro de 2020, a redução na Basileia reflete, principalmente, o resultado do período, e o crescimento no valor dos ativos ponderados pelo risco de crédito, reflexo do crescimento da carteira no último trimestre.

5. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Segue abaixo os *ratings* vigentes da agência Fitch.

	Local	Global	Soberano
FitchRatings	BB+	B-	BB-

6. RECURSOS HUMANOS

Financiar rápido e servir bem milhares de empresas em benefício das pessoas. Este é o propósito que motiva o Banco Pine a fazer a diferença no mercado financeiro brasileiro. Em tempos exponenciais, em que o mundo digital nos transforma, o Banco acredita que as pessoas que são os principais agentes de um processo transformação, sendo assim, responsáveis diretos pelo sucesso do Banco.

Para disseminar este propósito e estas crenças, o Banco Pine criou o “Pine Pulsa” - a sua declaração de cultura - expressa através dos valores que acredita serem fundamentais na prática do dia a dia dos seus colaboradores: Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos.

Relatório da Administração Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



O Banco acredita que a Cultura é fortemente disseminada por meio do exemplo dos líderes, por isso periodicamente é realizado o Programa de Desenvolvimento da Liderança. Temas críticos de gestão são abordados, como por exemplo: liderar no modelo *home office*; conhecer o perfil de seus colaboradores visando uma gestão mais assertiva; lidar com os desafios da pandemia na liderança; dicas da prática de *feedback*; ferramentas tecnológicas de gestão; responsabilidade dos gestores acerca de questões trabalhistas e legais; igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, dentre outros.

Mesmo antes da pandemia, o Banco Pine já adotava o *home office*. Dado todo o cenário de 2020, intensificou-se rapidamente a atuação neste modelo de trabalho, oferecendo estrutura tecnológica, expandindo a elegibilidade e oferecendo ajuda de custo para contribuir com despesas de internet dos colaboradores.

O processo de comunicação e educação corporativa foi adaptado para capacitar líderes e colaboradores em sua atuação durante a pandemia. Além disso, o tema da saúde estava na pauta ao longo de todo o ano, trazendo orientações e dicas sobre cuidados da saúde em diversos aspectos, inclusive com a elaboração da campanha de vacinação contra gripe. Para fomentar a capacitação contínua, foram criados os *Workshops* Colaborativos. Ministrados pelos próprios colaboradores, especialistas nos temas abordados, os demais membros do Banco reuniam-se virtualmente para conhecer mais sobre temas técnicos, tais como: produtos de investimento; novas tecnologias; estratégias comerciais; metodologias ágeis; *canvas*; *design thinking*; LGPD; PIX; produtos de crédito e derivativos, entre outros. Até o momento foram 22 turmas com 1.130 participações.

Para manter a atualização tecnológica e o incentivo à inovação, foi implementado o projeto de Educação Online em parceria com uma escola de ensino a distância. Desde então, 62 colaboradores receberam o benefício, escolhendo quais capacitações desejam. No ano, 192 cursos foram concluídos, totalizando 1546 horas de treinamento.

Com intuito de disseminar a estratégia e disseminar os objetivos de negócio do Banco, foi criada uma metodologia de avaliação de desempenho que contempla os objetivos de negócio, os objetivos individuais e os valores corporativos. A composição destes três pilares de avaliação, compõem a nota dos colaboradores. Além disso, foram feitas rodadas de *feedback* para fornecer direcionamento dos times ao longo do ano e no final do ciclo, realizando as rodadas colegiadas para captar a percepção dos pares sobre os colegas e com isso, agregar insumos para desenvolvimento, que devem ser expressos no momento do *feedback*.

Nos temas de Responsabilidade Social, o Banco Pine estabeleceu parceria com a Instituição Assistencial Lar das Bênçãos, participando ativamente da campanha de doação de itens para crianças carentes; e com o Instituto Reciclar, renovou a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Pine possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo Pine, além de integrar o nível 2 de Governança Corporativa da B3, estão:

- Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS; e
- Comitês de Auditoria e Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

O Banco criou em 2020 uma comissão específica para estudar estratégias e avaliar todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema ESG. Estas questões já eram consideradas no planejamento estratégico, no entanto a intenção é aprofundar a compreensão dos impactos desse tema, uma vez que é essencial e muito relevante para a perenidade dos negócios.

Com o amplo e rápido impacto da pandemia do novo coronavírus, as incertezas acerca da economia mundial impactaram diretamente o mercado de capitais, que vem apresentando uma volatilidade acima da média em todos os setores. Desta forma, o valor de mercado do Banco foi afetado negativamente, encerrando dezembro de 2020 em R\$373 milhões.

Nossa base acionária encerrou dezembro de 2020 com 18.034 acionistas, crescimento de 112% nos últimos 12 meses.

Relatório da Administração e Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****8. EVENTOS SUBSEQUENTES**

No início de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*total return equity swap* – “*TRS*”) com liquidação financeira (“Operação”), tendo por referência ações de emissão da Companhia, com o objetivo de proteção de balanço (“*hedge*”). Os contratos poderão acarretar a exposição em até 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia (PINE4), sendo respeitado o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15.

A finalidade da Operação é neutralizar os eventuais efeitos da oscilação das cotações das ações PINE4, no contexto dos planos de remuneração variável que são pagos aos administradores da Companhia, nos termos da Resolução CMN n. 3.921, em Reais, com cálculo baseado no valor de mercado das ações PINE4. Como se trata de uma operação *TRS* com liquidação exclusivamente financeira, a celebração dos contratos de *swap* não resultará na aquisição ou alienação de ações pela Companhia e não terá impacto sobre a composição do seu controle acionário ou da sua estrutura administrativa.

9. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a dezembro de 2020, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

BACEN – Resolução nº 3.068

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular no 3.068/01 do Bacen, o Banco Pine declara ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$2.527,9 milhões, representando 48,3% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em dezembro de 2020.

10. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco Pine mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

A Administração

Notas Explicativas**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Preparadas de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Banco Pine S.A.**31 de dezembro de 2020**

Notas Explicativas

Índice	Página
Relatório do Auditor Independente.....	2
Resumo do Comitê de Auditoria.....	10
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	11
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	12
Relatório da Administração.....	13
Balanco Patrimonial.....	20
Demonstração do Resultado.....	21
Demonstração do Resultado Abrangente.....	22
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	23
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	24
Demonstração do Valor Adicionado.....	26
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional.....	27
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	27
3. Principais Práticas Contábeis.....	27
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	31
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	31
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	32
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	36
8. Outros Ativos Financeiros.....	38
9. Ativos Fiscais.....	39
10. Investimentos.....	40
11. Outros Ativos.....	40
12. Imobilizado de Uso.....	40
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	41
14. Dívida Subordinada.....	41
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	42
16. Outros Passivos.....	42
17. Patrimônio Líquido.....	43
18. Demonstração de Resultado.....	43
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	45
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	45
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	47
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	47
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	47
24. Operações Ativas Vinculadas.....	50
25. Outras Informações.....	51
26. Outros Assuntos.....	52
27. Eventos Subsequentes.....	52

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

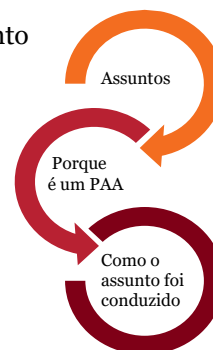
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3(e) e 6(a), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo.

Esses investimentos em títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a Administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. A mensuração do valor justo foi efetuada por meio do método de fluxo de caixa descontado, que considera premissas estabelecidas internamente pela Administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação da captura das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analizamos a metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela Administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela Administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (*rating*) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da Administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela Administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3(s) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela Administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela Administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

tributário, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Bens não de uso próprio

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 11(a), o Banco possui bens não de uso próprio compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A Administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo e premissas estabelecidas pela Administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da Administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis e a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela Administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela Administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela Administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis em todos aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e confirmamos com os assessores jurídicos os dados dos processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido aos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriados.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RESUMO DO COMITÊ DE AUDITORIA



O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento (disponível no site ri.pine.com), tendo por competência zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o exercício de supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria

No cumprimento de suas atribuições em relação ao 2º semestre de 2020 e em relação às atividades a seguir, o Comitê de Auditoria:

a) Auditoria Independente: O Comitê realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros. As recomendações incluídas nos relatórios de controles internos foram apresentadas ao Comitê de Auditoria, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê monitorou o funcionamento da Auditoria Interna, discutiu e acompanhou a execução do plano de auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Comitê apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a PwC os critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, os balanços individuais e consolidados, os relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto, o relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente.

d) Administração de Riscos: A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma integrada, compreendendo Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional, regulamentados pelo Banco Central do Brasil. O Comitê acompanhou os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

Atenção especial foi dada à gestão da crise provocada pela pandemia do COVID-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas voltadas a: (i) segurança e bem-estar dos funcionários; (ii) continuidade dos negócios; (iii) administração dos riscos; (iv) liquidez; (v) solvência; (vi) concessão e renegociação de dívidas; (vii) comunicação com stakeholders; (viii) tecnologia; (ix) atendimento ao Bacen e (x) faseamento do plano de retorno e treinamento dos funcionários para o novo ambiente de trabalho. O plano de contorno dos efeitos da crise COVID-19 demonstrou agilidade, completude e eficiência.

e) Outras atividades do Comitê: O Comitê realizou reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento e apreciação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, prevenção à lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, canais de denúncia e ouvidoria, transações com partes relacionadas, LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, realização de créditos tributários, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento. O Comitê apresentou relatos sistemáticos das suas atividades para o Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que o sistema de controles internos é adequado ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e que conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e o estudo de realização do crédito tributário, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2021.

Carlos Elder Maciel de Aquino – Presidente

Guy Almeida Andrade – Membro Qualificado

Lavinia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira – Membro

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Eduardo Magalhães Fonseca
Jefferson Dias Miceli
Carlos Eduardo Tyba
Eugenio Fabbri Neto
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
José Aparecido Da Silva
Marcelo Camargo
Sergio Luís Patrício
Renata Leme Borges dos Santos
Rodrigo Esteves Pinheiro

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Eduardo Magalhães Fonseca
Jefferson Dias Miceli
Carlos Eduardo Tyba
Eugenio Fabbri Neto
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
José Aparecido Da Silva
Marcelo Camargo
Sergio Luis Patricio
Renata Leme Borges dos Santos
Rodrigo Esteves Pinheiro

Notas Explicativas
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Pine S.A. relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quarto trimestre de 2020 confirmou a continuidade da recuperação econômica iniciada no terceiro trimestre no Brasil e, principalmente, no exterior. As médias trimestrais mensais das vendas domésticas do varejo e da produção industrial cresceram, respectivamente, 1,7% e 1,8% no 4T20 ante o 4T19, e 8,7% e 5,6% em relação ao 3T20, considerando os dados prévios. Na comparação anual, o crescimento da indústria acelerou, enquanto que a expansão das vendas varejista desaqueceu. Por um lado, a utilização da capacidade instalada na indústria de transformação está elevada, em 80%, maior nível desde o 4T14 e muito acima da média de 75,8% entre o 2T15 e 1T20. Isso se deve à diminuição parcial da capacidade produtiva na indústria de transformação, à interrupção na cadeia de oferta doméstica e global e à possível racionalização da produção industrial. Por outro lado, a desaceleração do crescimento anual do comércio varejista no 4T20 pode ser explicada parcialmente pelos efeitos da redução do auxílio emergencial de R\$600,00 para R\$300,00 sobre o consumo das famílias.

A recuperação do setor de serviços, por sua vez, vem se apresentando mais lenta desde o terceiro trimestre, o que se deve ao fechamento de empresas de pequeno a médio portes e pela menor capacidade de oferta do setor. A sua produção reduziu no 4T20 em relação ao 4T19, mas cresceu em relação ao 3T20. Apesar da recuperação da produção de serviços, da sua elevada capacidade de absorção de mão de obra e da criação de 140 mil vagas de trabalho em serviços no trimestre passado, o desemprego continuou subindo no 4T20. Portanto, a recuperação mensal da indústria, comércio e serviços vem se caracterizando pela ocupação parcial da capacidade produtiva e pelo forte recrudescimento da inflação, mesmo com uma retomada ainda bastante gradual da demanda.

A introdução acima demarca alguns dos problemas que a economia brasileira tende a enfrentar ao longo do ano, além de todos os desafios atrelados à pandemia, a exemplo do que ocorre globalmente. A expectativa de alta inflação até o final do primeiro semestre de 2021 limita o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, contribuindo para que o PIB anual oscile entre 2,5% e 3,0% ante -4,5% no ano passado. Disposto a evitar efeitos mais profundos da inflação sobre a elevação da curva de juros e a consequente desaceleração da taxa esperada de crescimento do PIB em 2021, o governo brasileiro tem anunciado a intenção de retirar progressivamente os impulsos fiscais que levaram o déficit primário do setor público para 9,5% do PIB em 2020. O governo central parece almejar um déficit primário de até 3% do PIB no final de 2021. No entanto, os prováveis reajustes dos gastos sociais associados à elevada inflação do ano passado – que atingiu 4,5%, bem acima dos 2,2% contemplados no projeto orçamentário apresentado em agosto de 2020 – podem custar R\$35 bilhões adicionais. Esta é uma séria ameaça ao teto de gastos governamentais em 2021.

O impulso fiscal e os elevados déficits primários do governo tendem a manter a dívida bruta do setor público acima de 90% do PIB em 2021. Estas perspectivas contribuem para que os juros futuros longos – ou seja, os vencidos em janeiro 2025 – permaneçam elevados, entre 6,0% e 6,5%, prejudicando a perenidade do crédito privado de longo prazo, a rolagem da dívida pública para prazos superiores a três anos, e a intenção do Banco Central em manter a taxa Selic em 2% pelo menos até o final de junho de 2021.

Apesar da revisão da inflação de 2021 estar ainda abaixo do centro da meta, 3,75%, a continuidade dos impulsos fiscais e das restrições setoriais de oferta tendem a levar as projeções para a inflação ao consumidor para perto do centro da meta no ano e para níveis superiores ao centro da meta em 2022 (igual a 3,5%). Isso pode induzir o Banco Central a iniciar o processo de elevação da Selic já em maio e a fixá-la em no máximo 4,0% no final do ano.

A expansão monetária corrente e a manutenção da Selic abaixo de 4% são importantes para manter a taxa de inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado em até 2,0% e para preservar o crédito com recursos privados destinados à PJ acima de 14% do PIB, superior à média histórica de 12,7% do PIB entre 2007 e 2019. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 2,5% em 2021 e 2022. Entretanto, o objetivo do Banco Central em manter a Selic relativamente baixa, facilitando o funcionamento do mercado de crédito privado, depende – em última instância – do ajuste fiscal a ser perseguido nos próximos anos. O sucesso na redução do déficit primário do setor público é a principal condição para que os juros futuros de longo prazo diminuam do intervalo atual, permitindo a perenidade do crédito privado.

O cenário para a economia global em 2021 se mostra construtivo, revertendo a retração registrada em 2020 decorrente da pandemia, cuja dinâmica continua sendo fator preponderante e, até mesmo imponderável no começo de 2021. O desempenho do mercado de capitais tem surpreendido e as empresas encontram-se relativamente pouco endividadas, com elevado nível de caixa e com o número de recuperações judiciais em linha com a média histórica, apesar da forte

Notas Explicativas
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



contração do PIB. Apesar das preocupações e cautela com o comportamento da doença e de seus efeitos negativos sobre a atividade global neste início de ano, a base para a retomada é o processo de contenção da pandemia e, principalmente, de vacinação, que deve ganhar força mundial nos próximos trimestres.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pelo desencadear da pandemia do coronavírus, que trouxe incertezas e grandes desafios para a economia e toda a sociedade brasileira e mundial. As medidas de isolamento e distanciamento social afetaram de forma particularmente intensa o segmento PJ do país, e a partir de março, a administração do Banco tomou medidas e/ou acelerou iniciativas internas com o objetivo de assegurar a continuidade dos negócios, proteger o patrimônio do Banco e otimizar sua capacidade de geração de resultados, ajustando o ritmo das estratégias de crescimento sem perder o foco na segurança dos seus colaboradores e clientes.

O Banco iniciou o exercício de 2020 com boas perspectivas acerca da aceleração do crescimento da economia brasileira, concomitante à nossa já bem-sucedida estratégia de ampliação da base de clientes. No entanto, os impactos da pandemia se mostraram intensos, especialmente ao longo do segundo trimestre. Assim, o Banco ativou seu plano de continuidade de negócios, criou o Comitê de Crises e manteve-se totalmente operacional, sem qualquer tipo de interrupção, com 100% dos colaboradores no regime de *home office* – viabilizado pelos investimentos em tecnologia feitos desde 2017.

Diante disto, o primeiro semestre do ano foi um período de ajustes e adaptações, tanto do setor público quanto privado, buscando definir medidas fiscais e monetárias que mitigassem os impactos causados pela pandemia. Ao decorrer dos meses, o mercado financeiro foi ganhando cada vez mais maturidade e juntamente com as ações do Banco Central, criou mecanismos de gestão de capital e liquidez para reforçar a solidez do setor.

No segundo semestre, parte destas medidas estavam implementadas e gerando resultados. Foram criadas oportunidades especialmente para as pequenas e médias empresas, que sofreram um grande impacto na crise e são muito relevantes para a economia, considerando a sua importância na geração de empregos. Estes estímulos corroboraram com a estratégia da Companhia, que visa o crescimento do segmento Empresas, que por sua vez possui toda a capacidade para ser um grande aliado na retomada econômica do país.

Acompanhando a melhora gradativa nos indicadores de atividade econômica, o Banco adotou medidas para conter custos, gerenciar risco de crédito, preservar caixa e reforçar a liquidez, com objetivo de aumentar a resiliência a grandes oscilações do mercado, e também permitir a expansão da oferta de produtos de longo prazo aos nossos clientes. O Banco apresentou uma expansão relevante na Carteira Classificada (Res. 2.682) em dezembro de 2020, com um crescimento de 18,0% em relação a setembro e de 12,1% na comparação com os últimos 12 meses, evoluindo tanto no segmento Empresas quanto no Grandes Empresas. Na evolução anual, destacaram-se a comercialização de produtos voltados para capital de giro, reflexo do processo de capitalização e reestruturação das empresas, e na comparação com setembro de 2020, notou-se uma retomada nas duplicatas, em resposta ao reaquecimento do mercado.

Também houve um avanço significativo nas originações de crédito, que totalizaram R\$1,3 bilhão no 4T20, volume recorde em relação aos trimestres anteriores, dos quais 45% foram referentes ao segmento Empresas e 55% ao segmento Grandes Empresas. Ao longo de 2020, o Banco continuou investindo na melhoria da qualidade dos serviços prestados, com objetivo de aprimorar a experiência dos clientes atuais, bem como sua capacidade de atrair e reter novos clientes, além de ter avançado no desenvolvimento de sua força comercial própria e com parceiros.

Em 2020, o Banco desenvolveu um projeto chamado Pine Parcerias, cujo objetivo é atrair novos clientes por meio da indicação de escritórios especializados, aproveitando assim da sinergia com outras instituições que possuem longa experiência setorial e regional. O projeto abrange todo o Brasil, oferecendo o portfólio de produtos do Banco à grupos econômicos que faturam a partir de R\$50 milhões anualmente.

Os esforços para melhorar a qualidade dos ativos apresentaram resultados importantes em 2020. A inadimplência acima de 90 dias permaneceu sob controle durante praticamente todo o ano, encerrando o ano em 0,6%, e com percentual da carteira de crédito classificada entre os *ratings* AA-C em 91,4% no final de 2020, em comparação a 84,4% em dezembro de 2019. Essa melhora é reflexo da robustez dos motores de crédito, e reforça a assertividade do modelo de negócios adotado desde 2017, quando o Banco retornou ao segmento Empresas, praticando maiores *spreads*, com foco na qualidade dos ativos e na pulverização do risco.

A manutenção da taxa básica de juros, a alta volatilidade do mercado de capitais durante a crise, e a inclinação da curva de juros mais acentuada incentivaram os investidores a buscarem ativos mais rentáveis e de longo prazo, refletindo em um crescimento de 26,4% nas captações em relação a dezembro de 2019. Vale ressaltar que 80% do *funding* foi originado

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

por pessoas físicas e possuem vencimento superior a 3 anos, sendo que apenas 2% das captações são com liquidez diária.

A resiliência do Banco ao cenário apresentado em 2020, o balanço sólido e o modelo de negócios bem definido foram essenciais para que a Companhia atravessasse este período de forma saudável, sem prejuízo na comunicação entre as equipes e ao atendimento aos clientes. O Banco, em conjunto com seus colaboradores, evidenciou sua capacidade de adaptação e inovação, administrando novos riscos e demonstrando o quanto pode ser aprendido em momentos de maiores adversidades. Vale mencionar que houve melhorias relevantes no *NPS – Net Promoter Score*, que encerrou o ano em 83 pontos, evidenciando a satisfação dos clientes com os serviços prestados.

Para 2021, a administração já reforçou os níveis de liquidez para apoiar o crescimento comercial, e continuará buscando manter os níveis adequados de capital, avançando na estratégia de pulverização e expansão do crédito, apoiando a recuperação, crescimento e desenvolvimento dos milhares de clientes que contam com o Pine, certos de que o Banco está preparado e fortalecido para retomar o crescimento sustentável a partir deste ano, tendo como direcional a geração de valor a todos os *stakeholders*.

3. PERFIL INSTITUCIONAL

O Banco Pine (B3: PINE4) é um Banco regional brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte anos destaca-se em financiar e assessorar grandes e médias empresas. Sua estratégia baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas, como, serviços de conta corrente, rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos.

Esta estratégia requer diversidade de produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade - características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

Pine Empresas

Por meio de soluções **ágeis e funcionais** que facilitam o dia-a-dia dos clientes, oferecemos uma ampla variedade de produtos e serviços, além de possibilitar **integrações rápidas e seguras** com os sistemas dos nossos parceiros por meio da disponibilidade de várias APIs. Atendemos grupos econômicos com faturamento anual **acima de R\$10 milhões** classificados em dois segmentos:

GRANDES EMPRESAS	EMPRESAS
Grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$ 500 milhões	Grupos econômicos com faturamento anual de até R\$ 500 milhões

Pine Online

O Pine Online é uma plataforma totalmente digital de investimentos voltada exclusivamente para pessoas físicas, com foco em produtos de renda fixa do próprio Banco, como LCA, LCI e CDB. Não há cobrança de tarifas, e as opções de investimento são customizadas de acordo com o perfil e necessidade de cada cliente. Mais informações acesse: www.pine.com/pine-online

4. DESTAQUES DO PERÍODO

Nesse trimestre também passamos a considerar os efeitos de itens extraordinários no resultado, demonstrando o lucro líquido ajustado por eventos não recorrentes. Para fins de comparabilidade, o resultado do ano de 2019 também foi ajustado. Para mais informações, acesse o Relatório de Análise do Resultado do 4T20 disponível no site de RI.

- O resultado recorrente gerencial totalizou R\$-33,7 milhões em 2020, melhora de 72,8% em relação a 2019, quando o prejuízo somou R\$-124,1 milhões.
- Em 2020, a Margem Financeira Bruta (MFB) totalizou R\$124,8 milhões, comparado a R\$26,7 milhões em 2019, crescimento decorrente de maiores receitas oriundas das operações com clientes, atribuído aos maiores volumes de originação com maiores *spreads*, principalmente do segmento Empresas. Com isso, a *Net Interest Margin (NIM)* com clientes encerrou o ano em 2,1%, comparável a 1,1% em 2019, reflexo dos avanços na estratégia de mudança no *mix* de produtos e de segmentos.

Notas Explicativas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 5,6% na comparação anual, principalmente devido à redução da comissão de fianças, reflexo da estratégia de otimização de capital do Banco alinhada a não renovação de cartas fiduciárias após o vencimento.
- Manutenção do patamar de despesas de pessoal e administrativas, que reduziram 4,0% na comparação do acumulado dos últimos 12 meses.
- A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$3,9 bilhões em dezembro de 2020, crescimento de 12,1% nos últimos 12 meses.
- Continua pulverização do risco da carteira de crédito consolidada, encerrando o ano com *ticket* médio de R\$7,8 milhões e aproximadamente 600 clientes.
- Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$2,4 bilhões.
- Índice de Basileia encerrou dezembro de 2020 em 11,7%, sendo 10,7% de Capital Nível I.

No quadro abaixo consolidamos nossas informações financeiras gerenciais considerando as reclassificações feitas a partir do resultado contábil.

RESULTADOS (R\$ Milhões)	4T19	3T20	4T20	2019	2020	Variação	
						Δ 4T19	Δ 2019
Margem financeira bruta	34,4	24,5	22,5	26,7	124,8	-34,6%	-
Custo de crédito	(24,0)	(7,3)	(9,7)	(64,0)	(12,9)	-59,4%	-79,8%
Receita de prestação de serviços e tarifas	12,8	14,0	10,2	44,8	42,3	-20,5%	-5,6%
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(62,5)	(42,4)	(60,1)	(199,6)	(191,6)	-3,8%	-4,0%
Resultado operacional	(46,1)	(15,1)	(41,3)	(180,6)	(51,2)	-10,4%	-71,6%
Lucro líquido / (prejuízo) recorrente	(33,1)	(11,2)	(27,2)	(124,1)	(33,7)	-17,9%	-72,8%

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	Dez19	Set20	Dez20	Variação	
				Δ Set20	Δ Dez19
Total de ativos	10.140,3	12.148,8	13.696,5	12,7%	35,1%
Carteira de crédito expandida	4.308,0	3.962,9	4.527,3	14,2%	5,1%
Grandes Empresas	3.083,2	2.830,4	3.083,3	8,9%	0,0%
Empresas	1.224,8	1.132,5	1.444,0	27,5%	17,9%
Recursos captados	6.698,4	7.287,4	8.467,7	16,2%	26,4%
Patrimônio líquido	841,1	814,7	792,7	-2,7%	-5,8%

INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	4T19	3T20	4T20	Variação	
				Δ 3T20	Δ 4T19
Net interest Margin (NIM) com Clientes	1,84	2,03	2,70	0,7 p.p.	0,9 p.p.
ROE (%a.a.)	(11,2)	(5,3)	(24,0)	-18,7 p.p.	-12,8 p.p.
Índice de Basileia	12,3	13,1	11,7	-1,4 p.p.	-0,6 p.p.
Índice de Capital Nível I	10,8	11,9	10,7	-1,2 p.p.	-0,1 p.p.
Inadimplência (acima de 90 dias)	2,5	0,2	0,6	0,4 p.p.	-1,9 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	515,9	4.607,7	1.372,3	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES	Dez19	Set20	Dez20	Variação	
				Δ Set20	Δ Dez19
Colaboradores (quantidade)	434	383	390	1,8%	-10,1%
Valor de mercado (R\$ milhões)	622,3	380,8	373,4	-1,9%	-40,0%
Valor Patrimonial por ação (R\$)	5,68	5,50	5,35	-2,7%	-5,8%

Resultado consolidado

O resultado recorrente gerencial totalizou R\$-33,7 milhões, melhora de 72,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Essa variação reflete (i) o crescimento da Margem Bruta, principalmente nas receitas recorrentes de crédito e de tesouraria, (ii) a redução no custo de crédito, e (iii) a manutenção das despesas operacionais.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Destaques patrimoniais

Os ativos totais alcançaram R\$13,7 bilhões ao final de dezembro de 2020, crescimento de 35,1% em 12 meses, e de 12,7% no quarto trimestre. O patrimônio líquido totalizou R\$792,7 milhões em 2020.

A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$3,9 bilhões em Dez.20, crescimento de 12,1% nos últimos 12 meses. Essa variação é explicada pela maior originação de novos créditos a partir do segundo semestre, tanto nos produtos de desconto – reflexo da retomada da atividade econômica, quanto nos produtos de capital de giro devido à concessão de crédito por meio do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), evidenciando como as empresas estão buscando se capitalizar e se reestruturar para este novo cenário. No trimestre, o crescimento foi de 18,0%, com movimentos relevantes em ambos segmentos e em todos os produtos, com destaque para as linhas de crédito ancoradas em recebíveis, capital de giro e *trade finance*, comprovando nossa resiliência ao cenário apresentado em 2020.

Os créditos classificados entre os ratings AA-C, segundo a Res. nº 2.682 do Banco Central, representavam 91,4% da carteira de crédito ao final de dezembro de 2020, ante 84,4% em dezembro de 2019, ratificando a melhora da carteira e refletindo a qualidade das novas safras e dos processos de concessão de crédito, além de evidenciar a estratégia de migração da carteira para operações de maior rentabilidade e com mais garantias atreladas.

Captação

O total de captação atingiu R\$8,5 bilhões em dezembro de 2020, apresentando um aumento de 26,4% em 12 meses. O portfólio do Banco permanece diversificado e segue alocado em prazos mais longos, corroborando com o perfil dos ativos de crédito.

As captações com pessoas físicas representaram 79,8% do total de *funding*, todas originadas por meio das mais de 50 distribuidoras que o Banco opera, ou pelo Pine Online, plataforma interna de investimentos. Por meio da plataforma foi possível abranger um escopo maior de clientes, enquanto também auxilia na redução nos custos de captação, oferecendo ainda mais vantagens frente ao mercado.

Índice da Basileia

O Índice de Basileia atingiu 11,7% em dezembro de 2020, sendo que o índice de Capital Nível I totalizou 10,7%. Este patamar segue adequado com a estratégia do nosso apetite a risco, especialmente de crédito.

Na comparação com setembro de 2020, a redução na Basileia reflete, principalmente, o resultado do período, e o crescimento no valor dos ativos ponderados pelo risco de crédito, reflexo do crescimento da carteira no último trimestre.

5. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Segue abaixo os *ratings* vigentes da agência Fitch.

	Local	Global	Soberano
FitchRatings	BB+	B-	BB-

6. RECURSOS HUMANOS

Financiar rápido e servir bem milhares de empresas em benefício das pessoas. Este é o propósito que motiva o Banco Pine a fazer a diferença no mercado financeiro brasileiro. Em tempos exponenciais, em que o mundo digital nos transforma, o Banco acredita que as pessoas que são os principais agentes de um processo transformação, sendo assim, responsáveis diretos pelo sucesso do Banco.

Para disseminar este propósito e estas crenças, o Banco Pine criou o “Pine Pulsa” - a sua declaração de cultura - expressa através dos valores que acredita serem fundamentais na prática do dia a dia dos seus colaboradores: Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



O Banco acredita que a Cultura é fortemente disseminada por meio do exemplo dos líderes, por isso periodicamente é realizado o Programa de Desenvolvimento da Liderança. Temas críticos de gestão são abordados, como por exemplo: liderar no modelo *home office*; conhecer o perfil de seus colaboradores visando uma gestão mais assertiva; lidar com os desafios da pandemia na liderança; dicas da prática de *feedback*; ferramentas tecnológicas de gestão; responsabilidade dos gestores acerca de questões trabalhistas e legais; igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, dentre outros.

Mesmo antes da pandemia, o Banco Pine já adotava o *home office*. Dado todo o cenário de 2020, intensificou-se rapidamente a atuação neste modelo de trabalho, oferecendo estrutura tecnológica, expandindo a elegibilidade e oferecendo ajuda de custo para contribuir com despesas de internet dos colaboradores.

O processo de comunicação e educação corporativa foi adaptado para capacitar líderes e colaboradores em sua atuação durante a pandemia. Além disso, o tema da saúde estava na pauta ao longo de todo o ano, trazendo orientações e dicas sobre cuidados da saúde em diversos aspectos, inclusive com a elaboração da campanha de vacinação contra gripe. Para fomentar a capacitação contínua, foram criados os *Workshops* Colaborativos. Ministrados pelos próprios colaboradores, especialistas nos temas abordados, os demais membros do Banco reuniam-se virtualmente para conhecer mais sobre temas técnicos, tais como: produtos de investimento; novas tecnologias; estratégias comerciais; metodologias ágeis; *canvas*; *design thinking*; LGPD; PIX; produtos de crédito e derivativos, entre outros. Até o momento foram 22 turmas com 1.130 participações.

Para manter a atualização tecnológica e o incentivo à inovação, foi implementado o projeto de Educação Online em parceria com uma escola de ensino a distância. Desde então, 62 colaboradores receberam o benefício, escolhendo quais capacitações desejam. No ano, 192 cursos foram concluídos, totalizando 1546 horas de treinamento.

Com intuito de disseminar a estratégia e disseminar os objetivos de negócio do Banco, foi criada uma metodologia de avaliação de desempenho que contempla os objetivos de negócio, os objetivos individuais e os valores corporativos. A composição destes três pilares de avaliação, compõem a nota dos colaboradores. Além disso, foram feitas rodadas de *feedback* para fornecer direcionamento dos times ao longo do ano e no final do ciclo, realizando as rodadas colegiadas para captar a percepção dos pares sobre os colegas e com isso, agregar insumos para desenvolvimento, que devem ser expressos no momento do *feedback*.

Nos temas de Responsabilidade Social, o Banco Pine estabeleceu parceria com a Instituição Assistencial Lar das Bênçãos, participando ativamente da campanha de doação de itens para crianças carentes; e com o Instituto Reciclar, renovou a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Pine possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo Pine, além de integrar o nível 2 de Governança Corporativa da B3, estão:

- Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS; e
- Comitês de Auditoria e Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

O Banco criou em 2020 uma comissão específica para estudar estratégias e avaliar todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema ESG. Estas questões já eram consideradas no planejamento estratégico, no entanto a intenção é aprofundar a compreensão dos impactos desse tema, uma vez que é essencial e muito relevante para a perenidade dos negócios.

Com o amplo e rápido impacto da pandemia do novo coronavírus, as incertezas acerca da economia mundial impactaram diretamente o mercado de capitais, que vem apresentando uma volatilidade acima da média em todos os setores. Desta forma, o valor de mercado do Banco foi afetado negativamente, encerrando dezembro de 2020 em R\$373 milhões.

Nossa base acionária encerrou dezembro de 2020 com 18.034 acionistas, crescimento de 112% nos últimos 12 meses.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



8. EVENTOS SUBSEQUENTES

No início de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*total return equity swap* – “*TRS*”) com liquidação financeira (“Operação”), tendo por referência ações de emissão da Companhia, com o objetivo de proteção de balanço (“*hedge*”). Os contratos poderão acarretar a exposição em até 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia (PINE4), sendo respeitado o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15.

A finalidade da Operação é neutralizar os eventuais efeitos da oscilação das cotações das ações PINE4, no contexto dos planos de remuneração variável que são pagos aos administradores da Companhia, nos termos da Resolução CMN n. 3.921, em Reais, com cálculo baseado no valor de mercado das ações PINE4. Como se trata de uma operação *TRS* com liquidação exclusivamente financeira, a celebração dos contratos de *swap* não resultará na aquisição ou alienação de ações pela Companhia e não terá impacto sobre a composição do seu controle acionário ou da sua estrutura administrativa.

9. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a dezembro de 2020, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

BACEN – Resolução nº 3.068

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular no 3.068/01 do Bacen, o Banco Pine declara ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$2.527,9 milhões, representando 48,3% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em dezembro de 2020.

10. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco Pine mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

A Administração

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais - R\$)


ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	4	155.094	82.328	155.095	83.328
Ativos Financeiros		11.827.957	8.496.369	12.321.914	8.988.097
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	75.342	37.592	75.342	37.592
Títulos e valores mobiliários	6.a	5.235.424	2.910.419	5.235.424	2.912.894
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.279.498	1.773.704	2.279.498	1.773.704
Operações de crédito	7	3.256.707	3.006.920	3.256.707	3.006.920
Outros ativos financeiros	8	980.986	767.734	1.474.943	1.256.987
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	(298.107)	(448.885)	(298.107)	(448.885)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(298.107)	(448.885)	(298.107)	(448.885)
Ativos Fiscais	9.b	1.012.677	906.927	1.014.679	907.980
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	629.962	718.668	474	474
Outros ativos	11	418.724	466.770	490.994	597.105
Imobilizado de uso	12	26.684	25.954	26.684	25.954
Intangível		3.347	12.290	3.347	12.291
(-) Depreciação e Amortização		(18.546)	(26.032)	(18.546)	(26.032)
(-) Imobilizado de uso	12	(17.736)	(16.379)	(17.736)	(16.379)
(-) Intangível		(810)	(9.653)	(810)	(9.653)
TOTAL DO ATIVO		13.757.792	10.234.389	13.696.534	10.140.312
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos Financeiros		12.526.212	9.085.649	12.457.295	8.973.862
Depósitos	13.a	7.342.921	5.901.042	7.274.004	5.789.255
Captações no mercado aberto	13.b	2.010.735	345.394	2.010.735	345.394
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	535.175	534.377	535.175	534.377
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	59.422	122.914	59.422	122.914
Dívida subordinada	14	142.435	131.457	142.435	131.457
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.434.449	2.044.068	2.434.449	2.044.068
Outros passivos financeiros		1.075	6.397	1.075	6.397
Provisões	15	18.319	19.257	18.319	19.257
Outros passivos	16	420.567	288.428	428.226	306.138
TOTAL DO PASSIVO		12.965.098	9.393.334	12.903.840	9.299.257
Patrimônio Líquido	17	792.694	841.055	792.694	841.055
Capital social		1.202.393	1.202.393	1.202.393	1.202.393
De domiciliados no país		1.073.526	1.073.526	1.073.526	1.073.526
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		14.517	(746)	14.517	(746)
Prejuízos Acumulados		(424.216)	(360.592)	(424.216)	(360.592)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	792.694	841.055	792.694	841.055
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.757.792	10.234.389	13.696.534	10.140.312

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido/(prejuízo) por ação)



	Nota	2º Sem. 2020	31/12/2020	Individual 31/12/2019	2º Sem. 2020	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		305.836	659.459	578.840	305.838	659.479	578.953
Operações de crédito	18.a	147.685	341.047	341.143	147.685	341.047	341.143
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	119.202	249.005	183.711	119.204	249.025	183.824
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	55.043	(72.527)	(6.148)	55.043	(72.527)	(6.148)
Resultado de operações de câmbio		(16.094)	141.934	60.134	(16.094)	141.934	60.134
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(267.350)	(519.314)	(676.906)	(266.534)	(516.710)	(671.685)
Operações de captação no mercado	18.b	(256.078)	(498.584)	(539.893)	(255.262)	(495.980)	(534.672)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(6.287)	(52.769)	(44.975)	(6.287)	(52.769)	(44.975)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	(4.985)	32.039	(92.038)	(4.985)	32.039	(92.038)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		38.486	140.145	(98.066)	39.304	142.769	(92.732)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(129.148)	(265.223)	(180.802)	(124.388)	(240.221)	(178.913)
Receitas de prestação de serviços	18.d	13.398	24.890	29.974	18.136	32.861	38.500
Rendas de tarifas bancárias		5.985	9.457	6.345	5.985	9.457	6.345
Despesas de pessoal	18.e	(42.282)	(86.994)	(82.868)	(42.370)	(87.082)	(82.902)
Outras despesas administrativas	18.f	(41.270)	(87.202)	(94.429)	(42.921)	(92.236)	(100.446)
Despesas tributárias	18.g	(3.643)	(5.947)	(13.172)	(9.475)	(17.151)	(26.535)
Resultado de participação em controladas	10.a	(6.668)	(30.716)	(4.956)	-	-	(2.520)
Outras receitas operacionais	18.h	7.083	16.767	44.759	15.654	25.993	96.481
Outras despesas operacionais	18.i	(61.751)	(105.478)	(66.455)	(69.397)	(112.063)	(107.836)
RESULTADO OPERACIONAL		(90.662)	(125.078)	(278.868)	(85.084)	(97.452)	(271.645)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18.j	(808)	4.541	18.272	(2.940)	(21.131)	15.405
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(91.470)	(120.537)	(260.596)	(88.024)	(118.583)	(256.240)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	42.896	72.718	166.402	39.450	70.764	162.052
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	22	(15.932)	(15.805)	(24.014)	(15.932)	(15.805)	(24.020)
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(64.506)	(63.624)	(118.208)	(64.506)	(63.624)	(118.208)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM NÚMERO MÉDIO PONDERADO DE AÇÕES							
Prejuízo por ação ordinária		(0,8535)	(0,8418)	(1,5641)	-	-	-
Prejuízo por ação preferencial		(0,8888)	(0,8766)	(1,6287)	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Nota	Individual e Consolidado		
		2º Sem. 2020	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do semestre/exercício		(64.506)	(63.624)	(118.208)
Outros ajustes abrangentes	18.a	12.178	15.263	389
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.b	21.378	24.764	(4.894)
Hedges de fluxo de caixa	6.c	1	(9)	(7)
Imposto de renda e contribuição social		(9.964)	(12.487)	(81)
Outros ⁽¹⁾		763	2.995	5.371
Prejuízo abrangente do semestre/exercício		(52.328)	(48.361)	(117.819)

(1) Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN nº 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Individual e Consolidado				
	Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.112.259	(1.135)	(39)	(242.345)	868.740
Aumento de Capital	90.134	-	-	-	90.134
Venda/Aquisição de ações em tesouraria	-	-	39	(39)	-
MTM de títulos disponíveis para venda	-	(3.065)	-	-	(3.065)
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	(4)	-	-	(4)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	3.458	-	-	3.458
Prejuízo do exercício	-	-	-	(118.208)	(118.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.202.393	(746)	-	(360.592)	841.055
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.202.393	(746)	-	(360.592)	841.055
MTM de títulos disponíveis para venda	-	13.621	-	-	13.621
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	-	(5)	-	-	(5)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	1.647	-	-	1.647
Prejuízo do exercício	-	-	-	(63.624)	(63.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.202.393	14.517	-	(424.216)	792.694
Saldos em 30 de junho de 2020	1.202.393	2.339	-	(359.710)	845.022
MTM de títulos disponíveis para venda	-	11.759	-	-	11.759
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	419	-	-	419
Prejuízo do semestre	-	-	-	(64.506)	(64.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.202.393	14.517	-	(424.216)	792.694

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**

(Em milhares de Reais - R\$)



		Individual			Consolidado		
	Nota	2º Sem. 2020	31/12/2020	31/12/2019	2º Sem. 2020	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Prejuízo ajustado		(112.306)	(223.947)	(202.577)	(116.856)	(255.591)	(206.028)
Prejuízo do semestre/exercício		(64.506)	(63.624)	(118.208)	(64.506)	(63.624)	(118.208)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(16.232)	(86.493)	(3.876)	(16.232)	(86.493)	(3.876)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	4.985	(32.039)	92.038	4.985	(32.039)	92.038
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(42.896)	(72.718)	(177.817)	(40.778)	(73.646)	(178.832)
Depreciação e amortização	18.f	1.115	2.149	990	1.115	2.149	990
Provisão para contingências		(1.272)	(2.520)	500	(1.272)	(2.520)	500
Provisão para garantias financeiras prestadas		(168)	582	(1.160)	(168)	582	(1.160)
Resultado de participação em controladas	10.a	6.668	30.716	4.956	-	-	2.520
Variação de ativos e passivos		(12.050)	215.774	(1.250.036)	49.413	304.410	(1.300.307)
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		16.461	35.352	662	16.461	35.352	662
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(1.178.121)	(2.309.742)	(1.247.283)	(1.178.121)	(2.307.267)	(1.174.672)
(Aumento) Redução de operações de crédito		(876.513)	(368.526)	(490.392)	(876.513)	(368.526)	(490.392)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		2.145	(251.605)	(299.827)	(1.780)	(256.330)	(259.308)
(Aumento) Redução de outros ativos		39.988	48.045	58.207	52.713	106.111	(72.041)
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		151.396	(115.413)	257.836	151.396	(115.413)	257.836
Aumento (Redução) de depósitos		1.020.773	1.441.879	460.855	1.072.924	1.484.749	420.806
Aumento (Redução) de operações compromissadas		883.245	1.665.341	(13.298)	883.245	1.665.341	(13.298)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		(79.035)	798	37.098	(79.035)	798	37.098
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(23.846)	(63.492)	(191.068)	(23.846)	(63.492)	(191.068)
Aumento (Redução) de outros passivos		31.457	133.137	177.174	31.969	123.087	184.070
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		(124.356)	(8.173)	(1.452.613)	(67.443)	48.819	(1.506.335)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
Aquisição/Alienação de imobilizado de uso		(596)	(750)	(8.918)	(596)	(750)	(8.918)
Aquisição/Alienação de intangível		(389)	(671)	(2.676)	(389)	(671)	(2.287)
Aumento de capital em controladas		-	-	(18.209)	-	-	-
Aquisição de outros investimentos		-	-	(202)	-	-	(202)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(985)	(1.421)	(30.005)	(985)	(1.421)	(11.407)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**

(Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual		Consolidado	
		2º Sem. 2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital		-	-	90.134	90.134
Dividendos recebidos		57.400	57.991	4.200	-
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	14	6.455	10.978	55.962	55.962
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		63.855	68.969	150.296	146.096
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(61.486)	59.375	(1.332.322)	(1.371.646)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	275.690	84.568	1.413.014	1.453.338
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		16.232	86.493	3.876	3.876
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	230.436	230.436	84.568	85.568

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Individual			Consolidado		
	2º Sem. 2020	31/12/2020	31/12/2019	2º Sem. 2020	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	264.758	641.675	519.697	268.291	626.635	535.810
Receitas da Intermediação financeira	305.836	659.459	578.840	305.838	659.479	578.953
Receitas de prestação de serviços	13.398	24.890	29.974	18.136	32.861	38.500
Rendas de tarifas bancárias	5.985	9.457	6.345	5.985	9.457	6.345
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.985)	32.039	(92.038)	(4.985)	32.039	(92.038)
Outras	(55.476)	(84.170)	(3.424)	(56.683)	(107.201)	4.050
Despesas de intermediação financeira	(262.365)	(551.353)	(584.868)	(261.549)	(548.749)	(579.647)
Insumos adquiridos de terceiros	(32.665)	(70.087)	(78.822)	(34.316)	(75.121)	(84.839)
Materiais, energias e outros	(112)	(352)	(909)	(112)	(352)	(909)
Serviços de terceiros	(22.115)	(44.687)	(49.324)	(23.534)	(47.753)	(52.023)
Outros	(10.438)	(25.048)	(28.589)	(10.670)	(27.016)	(31.907)
Valor adicionado/(consumido) bruto	(30.272)	20.235	(143.993)	(27.574)	2.765	(128.676)
Depreciação e amortização	(1.115)	(2.149)	(990)	(1.115)	(2.149)	(990)
Valor adicionado/(consumido) líquido produzido pela entidade	(31.387)	18.086	(144.983)	(28.689)	616	(129.666)
Valor adicionado recebido em transferência	(6.668)	(30.716)	(4.956)	-	-	(2.520)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.668)	(30.716)	(4.956)	-	-	(2.520)
Valor adicionado/(consumido) total a distribuir	(38.055)	(12.630)	(149.939)	(28.689)	616	(132.186)
Distribuição do valor adicionado/(consumido)	(38.055)	(12.630)	(149.939)	(28.689)	616	(132.186)
Remuneração do trabalho	58.214	102.799	106.882	58.302	102.887	106.922
Proventos	27.490	55.902	53.526	27.578	55.990	53.544
Benefícios e treinamento	6.417	12.745	11.790	6.417	12.745	11.806
Encargos sociais	8.375	18.347	17.552	8.375	18.347	17.552
Participação nos lucros	15.932	15.805	24.014	15.932	15.805	24.020
Remuneração de governos	(39.253)	(66.771)	(153.230)	(29.975)	(53.613)	(135.517)
Federais	3.012	4.219	11.244	4.102	6.426	14.680
Municipais	631	1.728	1.928	5.373	10.725	11.855
Imposto de renda e contribuição social	(42.896)	(72.718)	(166.402)	(39.450)	(70.764)	(162.052)
Remuneração de capitais de terceiros	7.490	14.966	14.617	7.490	14.966	14.617
Aluguéis e arrendamento de bens	7.490	14.966	14.617	7.490	14.966	14.617
Remuneração de capitais próprios	(64.506)	(63.624)	(118.208)	(64.506)	(63.624)	(118.208)
Prejuízo retido	(64.506)	(63.624)	(118.208)	(64.506)	(63.624)	(118.208)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman (Individual) e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas (Consolidado), são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/06, informamos que foram aprovadas, em 08 de fevereiro de 2021, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2020, pelo Conselho de Administração do Pine, dentre outras providências.

Mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras

O Pine, com base na Resolução CMN nº 4.720/19 e na Resolução BCB nº 2/20, passou a apresentar as contas do ativo e passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade. Desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e passivo.

As reclassificações das contas patrimoniais e de resultado consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentadas, conforme abaixo:

		ATIVO	
		Publicado	Atual
Nomenclatura Anterior	31/12/2019	Nomenclatura Atual	31/12/2019
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(323.783)	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(323.783)
Rendas a Receber	32.916	Outros ativos	32.916
Negociação e Intermediação de Valores	78.663	Outros ativos financeiros	78.663
Diversos	907.980	Ativos Fiscais	907.980
Total	695.776	Total	695.776

		PASSIVO	
		Publicado	Atual
Nomenclatura Anterior	31/12/2019	Nomenclatura Atual	31/12/2019
Relações interfinanceiras	512	Outros passivos financeiros	512
Relações interdependências	5.885	Outros passivos financeiros	5.885
Provisão para passivos contingentes	15.107	Provisões	15.107
Outras obrigações - diversas	4.150	Provisões	4.150
Outras obrigações	306.138	Outros passivos	306.138
Total	331.792	Total	331.792

O lucro líquido (prejuízo) por ação do Pine também sofreu alteração em decorrência da adoção às normas acima citadas. Em 31 de dezembro de 2019, o prejuízo por ação divulgado foi de (R\$ 0,79785).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

		Participação % no capital total em	
		31/12/2020	31/12/2019
Atividade			
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman ⁽¹⁾	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Securities USA LLC ⁽²⁾	Corretora	-	100,0000
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9900	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9900	99,9900

(1) Em 11 de janeiro de 2019, ocorreu a redução de Capital da dependência no exterior - Agência Grand Cayman no valor equivalente a USD52.000.

(2) A Pine Securities USA LLC encerrou suas atividades em 11 de janeiro de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
 Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
 Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
 Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
 Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
 Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado
 Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
 Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do Valor Justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos significativos em suas informações financeiras dada a sua adoção.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços cotados e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Níveis 1, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos que são classificados em Nível 2 e aos títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$107.598 que são classificados em Nível 3.

A Resolução CMN nº 4.720/19, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020 e a Resolução BCB nº 2/20 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e informações financeiras de períodos inferiores a um ano, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e a apresentação de Informações financeiras de forma completa.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

· Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



. Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

. Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001;

. Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

. Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na Nota 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

. Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Outros valores e bens

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

. A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

. A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

. Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade;

. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;

. O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

· Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

· Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

· Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados à garantias e fianças prestadas. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

s) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

A alíquota da CSLL, para bancos de qualquer espécie, foi elevado de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

t) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

u) Lucro Líquido/(Prejuízo) por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das Demonstrações Financeiras.

v) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

x) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para perdas esperadas; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



y) Resultado Não Recorrente

A Resolução BCB nº 2 de 06 de agosto de 2020 estabeleceu que é considerado resultado não recorrente o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O Resultado Não Recorrente do Banco Pine, está evidenciado na Nota 25.h, de forma segregada.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	155.094	82.328	155.095	83.328
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽¹⁾	75.342	2.240	75.342	2.240
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	230.436	84.568	230.437	85.568

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado		
	31/12/2020		31/12/2019
	De 3 a 12 meses	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas			
LTN	45.003	45.003	2.000
LTN	18.997	18.997	240
Total de aplicações em operações compromissadas	64.000	64.000	2.240
Aplicações em depósitos interfinanceiros			
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	1.050	1.050	-
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	10.292	10.292	35.352
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	11.342	11.342	35.352
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	75.342	75.342	37.592

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS****a) Títulos e valores mobiliários**

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	31/12/2020							Individual			
	Valor de Mercado/Contábil							31/12/2019			
	Total							Total			
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda											
Títulos Públicos	-	-	641.059	716.441	940.851	2.298.351	2.274.807	23.544	2.102.627	2.104.587	(1.960)
LFT	-	-	358.428	716.441	-	1.074.869	1.079.289	(4.420)	1.154.970	1.154.518	452
LTN	-	-	282.631	-	-	282.631	281.822	809	163.065	165.182	(2.117)
NTN	-	-	-	-	940.851	940.851	913.696	27.155	784.592	784.887	(295)
Títulos Privados	-	16.347	37.081	-	92.988	146.416	142.634	3.782	159.485	154.964	4.521
Debêntures ⁽¹⁾	-	16.347	37.081	-	91.251	144.679	141.899	2.780	157.451	154.025	3.426
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.737	1.737	735	1.002	2.034	939	1.095
Total de títulos disponíveis para venda	-	16.347	678.140	716.441	1.033.839	2.444.767	2.417.441	27.326	2.262.112	2.259.551	2.561
Títulos para negociação ⁽²⁾											
Títulos Públicos	-	1.049	4	53.252	208.054	262.359	264.535	(2.176)	646.873	645.906	967
NTN	-	1.049	4	8.539	355	9.947	9.044	903	9.696	8.763	933
LFT	-	-	-	44.713	207.699	252.412	255.491	(3.079)	637.177	637.143	34
Títulos Privados	441	-	-	-	-	441	338	103	1.434	1.370	64
Ações de companhias abertas	441	-	-	-	-	441	338	103	1.434	1.370	64
Total de títulos para negociação	441	1.049	4	53.252	208.054	262.800	264.873	(2.073)	648.307	647.276	1.031
Títulos Mantidos até o Vencimento											
Títulos Públicos	-	-	282.269	653.870	1.591.718	2.527.857	2.527.857	-	-	-	-
LTN	-	-	282.269	-	-	282.269	282.269	-	-	-	-
NTN	-	-	-	653.870	1.591.718	2.245.588	2.245.588	-	-	-	-
Total de Tít. Mantidos até o Vencimento	-	-	282.269	653.870	1.591.718	2.527.857	2.527.857	-	-	-	-
Total de Títulos	441	17.396	960.413	1.423.563	2.833.611	5.235.424	5.210.171	25.253	2.910.419	2.906.827	3.592

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



	31/12/2020								Consolidado		
	31/12/2019										
	Valor de Mercado/Contábil								Total		
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda											
Titulos Públicos	-	-	641.059	716.441	940.851	2.298.351	2.274.807	23.544	2.102.627	2.104.587	(1.960)
LFT	-	-	358.428	716.441	-	1.074.869	1.079.289	(4.420)	1.154.970	1.154.518	452
LTN	-	-	282.631	-	-	282.631	281.822	809	163.065	165.182	(2.117)
NTN	-	-	-	-	940.851	940.851	913.696	27.155	784.592	784.887	(295)
Titulos Privados	-	16.347	-	37.081	92.988	146.416	142.634	3.782	161.960	154.964	6.996
Debêntures ⁽¹⁾	-	16.347	-	37.081	91.251	144.679	141.899	2.780	157.451	154.025	3.426
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.737	1.737	735	1.002	4.509	939	3.570
Total de títulos disponíveis para venda	-	16.347	641.059	753.522	1.033.839	2.444.767	2.417.441	27.326	2.264.587	2.259.551	5.036
Títulos para negociação ⁽²⁾											
Titulos Públicos	-	1.049	4	53.252	208.054	262.359	264.534	(2.175)	646.873	645.906	967
NTN	-	1.049	4	8.539	355	9.947	9.043	904	9.696	8.763	933
LFT	-	-	-	44.713	207.699	252.412	255.491	(3.079)	637.177	637.143	34
Titulos Privados	441	-	-	-	-	441	441	-	1.434	1.434	-
Ações de companhias abertas	441	-	-	-	-	441	441	-	1.434	1.434	-
Total de títulos para negociação	441	1.049	4	53.252	208.054	262.800	264.975	(2.175)	648.307	647.340	967
Títulos Mantidos até o Vencimento											
Titulos Públicos	-	-	282.269	653.870	1.591.718	2.527.857	2.527.857	-	-	-	-
LTN	-	-	282.269	-	-	282.269	282.269	-	-	-	-
NTN	-	-	-	653.870	1.591.718	2.245.588	2.245.588	-	-	-	-
Total de Tit. Mantidos até o Vencimento	-	-	282.269	653.870	1.591.718	2.527.857	2.527.857	-	-	-	-
Total de Títulos	441	17.396	923.332	1.460.644	2.833.611	5.235.424	5.210.273	25.151	2.912.894	2.906.891	6.003

(1) Em 31 de dezembro de 2020, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, os montantes de R\$9.594 (31 de dezembro de 2019 R\$39.601) de perdas permanentes, foram reconhecidos no resultado, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título.

Em 31 de dezembro de 2019 não havia títulos na categoria 'mantidos até o vencimento'.

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular Bacen nº 3.068/08, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não houve reclassificação de categoria.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de dezembro de 2020, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste positivo acumulado no montante de R\$15.029, registrados no patrimônio líquido do Pine, no Individual e no Consolidado, líquidos dos efeitos tributários (ajuste positivo acumulado de R\$1.409 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$2.175 no Individual e no Consolidado (ajuste positivo no montante de R\$967 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2019) no resultado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de operações com títulos de renda fixa	265.231	220.441	265.251	220.554
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(16.148)	(39.873)	(16.148)	(39.873)
Resultado de operações com títulos de renda variável	286	3.662	286	3.662
Despesas de operações com títulos de renda variável	(364)	(519)	(364)	(519)
Total	249.005	183.711	249.025	183.824

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e crédito previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Individual e Consolidado			Individual e Consolidado		
	31/12/2020			31/12/2019		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Instrumentos financeiros derivativos						
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	4.234	2.100.326	2.104.560	9.479	1.722.480	1.731.959
Contratos a termo - a receber	146.409	7.031	153.440	40.874	871	41.745
Prêmios de opções a exercer	21.079	419	21.498	-	-	-
Total a receber	171.722	2.107.776	2.279.498	50.353	1.723.351	1.773.704
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(1.029)	(2.407.429)	(2.408.458)	(7.049)	(2.002.958)	(2.010.007)
Contratos a termo - a pagar	(23.100)	(367)	(23.467)	(32.575)	(1.257)	(33.832)
Prêmios de opções lançadas	(2.156)	(368)	(2.524)	(229)	-	(229)
Total a pagar	(26.285)	(2.408.164)	(2.434.449)	(39.853)	(2.004.215)	(2.044.068)
Valor líquido	145.437	(300.388)	(154.951)	10.500	(280.864)	(270.364)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado				Individual e Consolidado			
	31/12/2020				31/12/2019			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.442.326	2.104.560	-	4.458.992	1.716.610	-	-	-
Juros	4.359.018	2.028.160	-	4.351.815	1.672.357	-	-	-
Moeda	83.308	76.400	-	107.177	44.253	-	-	-
Posição passiva:	4.442.326	-	(2.408.458)	4.458.992	-	(2.010.007)	-	-
Juros	4.340.843	-	(2.390.602)	4.313.005	-	(2.002.635)	-	-
Moeda	101.483	-	(17.856)	145.987	-	(7.372)	-	-
Valor líquido		2.104.560	(2.408.458)	(27.293)		1.716.610	(2.010.007)	(82.742)
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa ⁽¹⁾								
Posição ativa:	17.666	-	-	34.092	15.349	-	-	-
Juros	-	-	-	10.536	3.309	-	-	-
Moeda	17.666	-	-	23.556	12.040	-	-	-
Posição passiva:	17.666	-	-	34.092	-	-	-	-
Juros	-	-	-	34.092	-	-	-	-
Moeda	17.666	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido		-	-	7.314	15.349	-	-	(4.125)
Valor líquido de Swap		2.104.560	(2.408.458)	(19.979)		1.731.959	(2.010.007)	(86.867)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Contratos a termo							
Posição ativa:	2.073.155	153.440	-		2.485.686	41.745	-
Juros	823.971	37.096	-		630.670	16.276	-
Moeda	1.184.696	108.161	-		1.846.608	24.908	-
Commodities	64.488	8.183	-		8.408	561	-
Posição passiva:	2.073.155	-	(23.467)		2.485.686	-	(33.832)
Juros	1.249.184	-	(19.427)		1.855.016	-	(32.772)
Moeda	780.724	-	(4.040)		630.670	-	(1.060)
Commodities	43.247	-	-		-	-	-
Valor líquido		153.440	(23.467)	512.376		41.745	(33.832)
							(25.048)
Opções							
Prêmios de opções a exercer	-	21.498	-		-	-	-
Moeda	-	21.498	-		-	-	-
Prêmios de opções lançadas	55.000	-	(2.524)		21.000	-	(229)
Juros	-	-	(2.524)		-	-	-
Moeda	55.000	-	-		21.000	-	(229)
Valor líquido		21.498	(2.524)	19.854		-	(229)
							12.238
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		2.279.498	(2.434.449)	512.251		1.773.704	(2.044.068)
							(99.677)

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$400 negativo em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao MTM do hedge de fluxo de caixa reconhecido no Patrimônio Líquido.

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	31/12/2020				Individual e Consolidado			
					31/12/2019			
	Compra	Valor de Referência Venda	Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado	Compra	Valor de Referência Venda	Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado
Mercado interfinanceiro	871.040	2.027.325	994		1.528.686	1.563.965	1.789	
Moeda	-	1.669.983	4.341		-	1.755.340	10.853	
Cupom cambial futuro	592.371	557.519	(14)		943.800	945.460	277	
Commodities	45.865	146.507	-		-	8.787	-	
Total	1.509.276	4.401.334	5.321	(584.778)	2.472.486	4.273.552	12.919	90.385

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado					
	31/12/2020					
	31/12/2019					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Swap	50.582	134.060	86.028	1.795.080	2.394.242	4.459.992
Contratos a termo	1.435.971	601.989	35.195	-	-	2.073.155
Opções	28.000	27.000	-	-	-	55.000
Futuros	4.414.744	576.681	219.502	189.111	510.572	5.910.610
Total	5.929.297	1.339.730	340.725	1.984.191	2.904.814	12.498.757

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujo valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	31/12/2020				Individual e Consolidado			
					31/12/2019			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	55.000	5.910.610	-	-	21.000	6.746.038
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	55.000	5.691.377	-	-	21.000	6.728.158
Bolsas no exterior	-	-	-	219.233	-	-	-	17.880
Balcão	4.459.992	2.073.155	-	-	4.493.084	2.485.686	-	-
Instituições Financeiras	75.188	-	-	-	2.799.377	-	-	-
Empresas	4.384.804	2.073.155	-	-	1.693.707	2.485.686	-	-
Total	4.459.992	2.073.155	55.000	5.910.610	4.493.084	2.485.686	21.000	6.746.038

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	31/12/2020	31/12/2019
LFT - Letra financeira do tesouro	583.655	572.731
NTN - Nota do tesouro nacional	-	24.116
Total	583.655	596.847

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Em 31 de dezembro de 2020, foi lançado ao patrimônio líquido no valor negativo de R\$400 (R\$3.144 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor positivo de R\$396 (R\$3.149 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

	Individual e Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge				
Contratos de swap (ponta ativa)	17.666	36.778	36.378	(400)
Total	17.666	36.778	36.378	(400)
Objeto de Hedge				
Repasse do exterior	17.666	36.791	36.395	396
Total	17.666	36.791	36.395	396

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Capital de giro	2.140.413	1.796.287	2.140.413	1.796.287
Resolução CMN nº 3.844	38.800	45.018	38.800	45.018
Conta corrente garantida	120.592	103.413	120.592	103.413
Repasse de instituições oficiais do Brasil	23.024	41.761	23.024	41.761
Financiamento em moeda estrangeira	10.742	9.308	10.742	9.308
Financiamentos a exportação	413.920	446.149	413.920	446.149
Títulos descontados	509.216	564.984	509.216	564.984
Subtotal de operações de crédito	3.256.707	3.006.920	3.256.707	3.006.920
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	218.886	258.045	220.269	258.045
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽²⁾	367.106	242.083	367.106	242.083
Avais e Fianças Honradas	87.663	-	87.663	-
Carteira de crédito	3.930.362	3.507.048	3.931.745	3.507.048
Créditos abertos para importação	29.892	12.127	29.892	12.127
Garantias prestadas	419.242	629.316	419.242	629.316
Garantias prestadas e responsabilidades	449.134	641.443	449.134	641.443
Títulos Privados ⁽³⁾	146.416	159.485	146.416	159.485
Títulos com risco de crédito	146.416	159.485	146.416	159.485
Total carteira expandida	4.525.912	4.307.976	4.527.295	4.307.976

(1) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 9.a).

(2) Registrados em "carteira de câmbio" (Nota 8).

(3) Representados, principalmente, por debêntures e certificados de recebíveis, compostos na carteira do Pine (Nota 6.a).

b) Por vencimento

Prazo				Individual				Consolidado
	31/12/2020			31/12/2019	31/12/2020			31/12/2019
	A Vencer	Vencidos	Total	Total	A Vencer	Vencidos	Total	Total
Até 3 meses	825.418	21.019	846.437	970.062	825.418	21.019	846.437	970.062
De 3 a 12 meses	1.556.646	21.730	1.578.376	1.471.889	1.556.646	21.730	1.578.376	1.471.889
De 1 a 3 anos	1.190.144	-	1.190.144	762.296	1.191.527	-	1.191.527	762.296
De 3 a 5 anos	199.992	-	199.992	157.332	199.992	-	199.992	157.332
De 5 a 15 anos	95.810	-	95.810	145.469	95.810	-	95.810	145.469
Acima de 15 anos	19.603	-	19.603	-	19.603	-	19.603	-
Total carteira de crédito	3.887.613	42.749	3.930.362	3.507.048	3.888.996	42.749	3.931.745	3.507.048
Até 3 meses	29.134	1.329	30.463	134.680	29.134	1.329	30.463	134.680
De 3 a 12 meses	194.861	-	194.861	86.047	194.861	-	194.861	86.047
De 1 a 3 anos	123.038	-	123.038	209.621	123.038	-	123.038	209.621
De 3 a 5 anos	96.868	-	96.868	203.795	96.868	-	96.868	203.795
De 5 a 15 anos	3.904	-	3.904	7.300	3.904	-	3.904	7.300
Total garantias prestadas e responsal	447.805	1.329	449.134	641.443	447.805	1.329	449.134	641.443
Até 3 meses	2.033	-	2.033	-	2.033	-	2.033	-
De 3 a 12 meses	14.314	-	14.314	16.584	14.314	-	14.314	16.584
De 1 a 3 anos	37.081	-	37.081	16.875	37.081	-	37.081	16.875
De 3 a 5 anos	-	-	-	32.706	-	-	-	32.706
De 5 a 15 anos	70.296	-	70.296	70.918	70.296	-	70.296	70.918
Acima de 15 anos	22.692	-	22.692	22.402	22.692	-	22.692	22.402
Total títulos com risco de crédito	146.416	-	146.416	159.485	146.416	-	146.416	159.485
Total carteira expandida	4.481.834	44.078	4.525.912	4.307.976	4.483.217	44.078	4.527.295	4.307.976

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Açúcar e Alcool	366.835	380.154	366.835	380.154
Automotivo Leve e Peças	78.682	58.144	78.682	58.144
Bélico	100.341	76.871	100.341	76.871
Comércio Varejista em Geral	201.175	204.571	201.175	204.571
Concessão Pública de Energia	33.649	31.425	33.649	31.425
Concessão Pública (exceto de energia)	146.614	92.948	146.614	92.948
Cooperativa	146.947	98.096	146.947	98.096
Distribuidor de Alimentos e Bebidas	41.467	40.221	41.467	40.221
Engenharia e Construção (Infraestrutura)	105.468	183.768	105.468	183.768
Entretenimento, Lazer e Turismo	289	197	289	197
Fertilizantes, Defensivos e Insumos Agrícolas	58.077	15.572	58.077	15.572
Fios e Cabos Elétricos	2.993	6.773	2.993	6.773
Frigorífico, Abatedouro e Processamento de Carne	145.501	67.513	145.501	67.513
Imobiliário	662.276	792.346	663.659	792.346
Ind e Coml de Máquinas e Equipamentos Não Pesados/Agrícolas e Eletrônicos	26.726	97.996	26.726	97.996
Ind e Coml de Máquinas e Equipamentos Pesados/Agrícolas	79.835	30.303	79.835	30.303
Indústria de Alimentos e Bebidas	84.757	81.125	84.757	81.125
Indústria de Materiais de Construção e Decoração	79.626	86.918	79.626	86.918
Indústria Linha Branca e Marrom	501	16.759	501	16.759
Indústria Outros Não Especificados	70.905	29.410	70.905	29.410
Indústria Têxtil, Calçado e Curtume	89.887	88.759	89.887	88.759
Instituição Financeira	40.766	22.532	40.766	22.532
Instituição Não Financeira / Fundo de Investimento	5.544	3.030	5.544	3.030
Logística e Transporte	216.885	293.863	216.885	293.863
Mineração	815	1.779	815	1.779
Papel, Celulose e Embalagem	102.737	32.184	102.737	32.184
Pessoa Física Não Produtora Agrícola	57.899	54.971	57.899	54.971
Plástico, Borracha, Embalagem e Brinquedos	73.794	41.536	73.794	41.536
Produtor Agrícola	364.073	214.615	364.073	214.615
Produtos e Serviços Médicos, Hospitalares, Farmacêuticos e Cosméticos	62.462	49.192	62.462	49.192
Publicidade, Propaganda, Comunicação e Gráfica	21.273	29.661	21.273	29.661
Químico e Petroquímico	114.432	114.162	114.432	114.162
Serviços	176.586	142.421	176.586	142.421
Siderurgia, Metalurgia, Fundição e Mecânica	45.255	81.244	45.255	81.244
Telecom, TI, Informática e Eletroeletrônica	114.710	180.213	114.710	180.213
Trading Agrícola	170.937	67.972	170.937	67.972
Trading Não Agrícola	101.330	57.018	101.330	57.018
Outros	333.863	441.714	333.863	441.714
Total da carteira expandida	4.525.912	4.307.976	4.527.295	4.307.976

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

Nível	Individual					
	31/12/2020			31/12/2019		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	376.016	-	376.016	-	436.951	-
A	969.416	-	969.416	4.847	735.557	3.678
B	1.152.997	59	1.153.056	11.531	998.370	9.984
C	1.091.320	3.413	1.094.733	32.842	788.416	23.652
D	61.240	612	61.852	15.102	93.628	9.363
E	33.476	9.116	42.592	20.870	55.618	16.685
F	60.820	-	60.820	41.966	5.335	2.667
G	91.630	1.137	92.767	91.839	139.404	129.087
H	49.369	29.741	79.110	79.110	253.769	253.769
Total	3.886.284	44.078	3.930.362	298.107	3.507.048	448.885

Nível	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	377.399	-	377.399	-	436.951	-
A	969.416	-	969.416	4.847	735.557	3.678
B	1.152.997	59	1.153.056	11.531	998.370	9.984
C	1.091.320	3.413	1.094.733	32.842	788.416	23.652
D	61.240	612	61.852	15.102	93.628	9.363
E	33.476	9.116	42.592	20.870	55.618	16.685
F	60.820	-	60.820	41.966	5.335	2.667
G	91.630	1.137	92.767	91.839	139.404	129.087
H	49.369	29.741	79.110	79.110	253.769	253.769
Total	3.887.667	44.078	3.931.745	298.107	3.507.048	448.885

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$55.468 de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine

Maiores devedores	Individual							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	100.341	2,22	120.092	2,79	100.341	2,22	120.092	2,79
2º ao 10º	708.823	15,66	726.718	16,87	708.823	15,66	726.718	16,87
11º ao 20º	482.480	10,66	459.902	10,68	482.480	10,66	459.902	10,68
21º ao 50º	839.943	18,55	739.530	17,17	839.943	18,55	739.530	17,17
51º ao 100º	716.434	15,82	662.897	15,39	716.434	15,82	662.897	15,39
Demais devedores	1.677.891	37,09	1.598.837	37,10	1.679.274	37,09	1.598.837	37,10
Total carteira expandida	4.525.912	100,00	4.307.976	100,00	4.527.295	100,00	4.307.976	100,00

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



f) Concentração do total da carteira expandida, por setor de atividade

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Indústria	1.783.814	1.727.168	1.783.814	1.727.168
Comércio	763.903	614.458	763.903	614.458
Intermediação financeira	21.268	22.412	21.268	22.412
Outros serviços	1.786.299	1.782.369	1.787.682	1.782.369
Pessoas físicas	170.628	161.569	170.628	161.569
Total carteira expandida	4.525.912	4.307.976	4.527.295	4.307.976

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	448.885	388.112
Constituição/(Reversão)	(32.039)	92.038
Baixas para prejuízo	(118.739)	(31.265)
Saldo final	298.107	448.885

	Individual e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, impairment e descontos		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	32.039	(92.038)
Recuperação de crédito baixados como prejuízo (Nota 7.h)	3.218	3.847
Impairment - Debêntures	(9.594)	(39.601)
Despesas com Cessão (Nota 18.i)	(59.256)	-
Descontos concedidos	(30.185)	(51.991)
Total	(63.778)	(179.783)

h) Recuperação de crédito

Em 31 de dezembro de 2020, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$3.218 (R\$3.847 em 31 de dezembro de 2019).

i) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2020 existiam contratos renegociados no valor de R\$401.242 (R\$476.872 em 31 de dezembro de 2019). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

j) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$82.334. Essas cessões resultaram em prejuízo líquido em relação ao valor de face no valor de R\$36.031, não descontado a provisão no valor de R\$39.899. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais". Em 31 de dezembro de 2019, não houve operações de cessões de crédito sem coobrigação. Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$33.090 (R\$27.378 em 31 de dezembro de 2019), essas cessões geraram um ganho no valor de R\$9.850 (R\$100 em 31 de dezembro de 2019) registrados na rubrica "Operações de Crédito".

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Avais e fianças honradas	87.663	-	87.663	-
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	487.870	266.007	487.870	266.007
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	55.335	57.783	57.623	60.006
Diversos (Nota 8.b)	306.681	332.291	797.757	819.055
Negociação e Intermediação de Valores	18.892	76.764	18.892	76.764
Rendas a receber	20.603	32.650	21.196	32.916
Relações interfinanceiras	3.942	2.239	3.942	2.239
Total	980.986	767.734	1.474.943	1.256.987
Circulante	665.634	412.055	670.731	415.018
Não Circulante	315.352	355.679	804.212	841.969

a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	420.409	243.583
Direitos sobre venda de câmbio	57.382	6.301
Rendas a receber	10.079	16.123
Total	487.870	266.007
Circulante	487.870	266.007

Passivo

Câmbio vendido a liquidar	57.808	6.274
Obrigações por compra de câmbio	416.855	230.461
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(357.027)	(225.960)
Total	117.636	10.775
Circulante	117.636	10.775

b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos e antecipações salariais	312	276	312	276
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	151	332	207	420
Adiantamentos por conta de imobilizações	6.860	1.274	7.646	1.482
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	218.886	258.045	220.269	258.045
Imposto de renda a compensar	67.757	71.648	69.538	73.813
Valores a receber de sociedades ligadas	13	22	-	-
Títulos e créditos a receber	-	-	482.623	478.541
Devedores diversos - País e exterior	12.702	694	17.162	6.478
Total	306.681	332.291	797.757	819.055
Circulante	56.196	54.017	60.700	56.980
Não Circulante	250.485	278.274	737.057	762.075

(1) Refere-se a venda a prazo de Bens Não de Uso Próprio.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



9. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução nº CMN 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	31/12/2020			Individual 31/12/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	109.665	87.732	197.397	144.931	115.945	260.876
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	695	556	1.251
Créditos baixados para prejuízo	101.709	81.368	183.077	72.839	58.272	131.111
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	92	74	166	3.777	3.021	6.798
Provisão para participações nos lucros	-	-	-	4.069	3.254	7.323
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	786	629	1.415
Prejuízo fiscal/base negativa	205.902	164.600	370.502	144.681	115.594	260.275
Provisão Resolução CMN nº 3.921	-	-	-	3.261	2.608	5.869
MTM Derivativos	-	-	-	125.957	100.766	226.723
Crédito Presumido - MP 992	252.387	-	252.387	-	-	-
Outras provisões	5.082	4.066	9.148	2.937	2.349	5.286
Total	674.837	337.840	1.012.677	503.933	402.994	906.927

	31/12/2020			Consolidado 31/12/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	111.137	88.262	199.399	144.931	115.945	260.876
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	695	556	1.251
Créditos baixados para prejuízo	101.709	81.368	183.077	72.839	58.272	131.111
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	92	74	166	3.777	3.021	6.798
Provisão para participações nos lucros	-	-	-	4.069	3.254	7.323
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	786	629	1.415
Prejuízo fiscal/base negativa	205.902	164.600	370.502	144.681	115.594	260.275
Provisão Resolução CMN nº 3.921	-	-	-	3.261	2.608	5.869
MTM Derivativos	-	-	-	3.711	2.628	6.339
Crédito Presumido - MP 992	252.387	-	252.387	-	-	-
Outras provisões	5.082	4.066	9.148	125.957	100.766	226.723
Total	676.309	338.370	1.014.679	504.707	403.273	907.980

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	31/12/2020			Individual 31/12/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.025	1.620	3.645	1.812	1.449	3.261
Ajuste de títulos para negociação	633	507	1.140	829	663	1.492
Ajuste de títulos disponíveis para venda	7.937	6.349	14.286	1.336	1.068	2.404
Mercado futuro - Lei nº 11.196	9.326	7.461	16.787	12.226	9.780	22.006
MTM Derivativos	106.616	85.292	191.908	86.831	69.464	156.295
Crédito Presumido - MP 992	(14.557)	-	(14.557)	-	-	-
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	99	79	178	787	630	1.417
Total (Nota 16.a)	112.079	101.308	213.387	103.821	83.054	186.875

	31/12/2020			Consolidado 31/12/2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.120	1.677	3.797	1.894	1.499	3.393
Ajuste de títulos para negociação	633	507	1.140	829	663	1.492
Ajuste de títulos disponíveis para venda	7.937	6.349	14.286	1.336	1.068	2.404
Mercado futuro - Lei nº 11.196	9.326	7.461	16.787	12.226	9.781	22.007
MTM Derivativos	106.616	85.292	191.908	86.831	69.464	156.295
Crédito Presumido - MP 992	(14.557)	-	(14.557)	-	-	-
MTM <i>hedge</i> de fluxo de caixa	99	79	178	787	630	1.417
Total (Nota 16.a)	112.174	101.365	213.539	103.903	83.105	187.008

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	906.927	559.023	907.980	559.023
Constituição	189.293	358.177	209.156	358.177
Reversão	(83.543)	(10.273)	(102.457)	(9.220)
Saldo final	1.012.677	906.927	1.014.679	907.980

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	186.875	16.707	187.008	16.802
Constituição	148.360	171.862	150.106	171.900
Reversão	(121.848)	(1.694)	(123.575)	(1.694)
Saldo final	213.387	186.875	213.539	187.008

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	160.944	124.235	285.179	160.944	124.235	285.179
De 1 a 2 anos	22.891	17.069	39.960	24.363	17.599	41.962
De 2 a 3 anos	9.435	5.371	14.806	9.435	5.371	14.806
De 3 a 4 anos	9.959	6.583	16.542	9.959	6.583	16.542
De 4 a 5 anos	229.587	9.170	238.757	229.587	9.170	238.757
De 5 a 8 anos	150.989	102.665	253.654	150.989	102.665	253.654
De 8 a 10 anos	91.032	72.747	163.779	91.032	72.747	163.779
Total	674.837	337.840	1.012.677	676.309	338.370	1.014.679

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Obrigações fiscais diferidas	31/12/2020					
	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	11.017	8.814	19.831	11.017	8.814	19.831
De 1 a 2 anos	2.067	1.654	3.721	2.162	1.711	3.873
De 2 a 3 anos	1.287	1.029	2.316	1.287	1.029	2.316
De 3 a 4 anos	182	146	328	182	146	328
De 4 a 5 anos	5.753	4.553	10.306	5.753	4.553	10.306
De 5 a 8 anos	89.776	83.468	173.244	89.776	83.468	173.244
De 8 a 10 anos	1.997	1.644	3.641	1.997	1.644	3.641
Total	112.079	101.308	213.387	112.174	101.365	213.539

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de Equivalência Patrimonial

	31/12/2020						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	658	4	658	4
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	13.384	15.427	528	15.427	528
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.103	1.509	2.103	1.509
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário	99,9999	500.796.649	500.797	498.746	(11.324)	498.746	(11.324)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99.999	100	5.436	5.179	5.436	5.179
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	52.199.999	52.200	51.607	(303)	51.607	(303)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	84.030.599	86.031	55.511	(26.309)	55.511	(26.309)
Total					(30.716)	629.488	(30.716)

	31/12/2019						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Securities ⁽¹⁾	100,0000	-	-	-	(2.520)	-	(2.520)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	654	7	654	14
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	13.384	63.399	839	63.399	1.781
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	1.994	17	1.994	19
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário ⁽²⁾	99,9999	500.796.649	500.797	510.070	(6.059)	510.070	(6.881)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99.999	100	8.348	4.150	8.348	7.117
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	52.199.999	52.200	51.910	(287)	51.910	(283)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	84.030.599	86.031	81.819	(2.688)	81.819	(4.203)
Total					(6.541)	718.194	(4.956)

(1) Em 11 de janeiro de 2019, foi encerrada a Pine Securities.

(2) No primeiro trimestre de 2020 houve aporte de capital na Pine Entre Verdes, no montante de R\$51.797.

b) Outros Investimentos

O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R\$474, não participante pelo método de equivalência patrimonial.

11. OUTROS ATIVOS

a) Bens Não de Uso Próprio

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis	394.712	439.614	471.414	569.897
Provisão para perdas	(12.150)	(7.195)	(16.631)	(7.195)
Outros	3.059	3.059	3.059	3.059
Total	385.621	435.478	457.842	565.761
Circulante	385.621	435.478	457.842	565.761

b) Despesas Antecipadas

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios de seguros	12.973	15.762	13.022	15.814
Aluguéis ⁽¹⁾	19.865	15.204	19.865	15.204
Gastos na emissão de títulos no Exterior	180	264	180	264
Outras	85	62	85	62
Total	33.103	31.292	33.152	31.344
Circulante	13.577	11.245	13.591	11.256
Não Circulante	19.526	20.047	19.561	20.088

(1) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se, substancialmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imobilizados de Uso				
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	21.603	(14.088)	7.515	8.450
Outros Imobilizados de Uso				
Sistema de Segurança e Comunicação	2.573	(1.518)	1.055	424
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(1.908)	370	647
Sistema de Transporte	230	(222)	8	54
Total	26.684	(17.736)	8.948	9.575

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos (Nota 13.a)	7.342.921	5.901.042	7.274.004	5.789.255
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	2.010.735	345.394	2.010.735	345.394
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	535.175	534.377	535.175	534.377
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	59.422	122.914	59.422	122.914
Total	9.948.253	6.903.727	9.879.336	6.791.940
Circulante	4.699.971	3.029.561	4.679.792	2.903.050
Não Circulante	5.248.282	3.874.166	5.199.544	3.888.890

a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	169.368	-	-	168.487	-	-
Até 30 dias	-	128.218	-	-	128.218	-
De 31 a 60 dias	-	98.744	10.243	-	98.743	10.243
De 61 a 90 dias	-	105.320	-	-	105.320	-
De 91 a 180 dias	-	749.061	240	-	730.622	240
De 181 a 360 dias	-	1.060.401	8.016	-	1.059.543	8.016
Acima de 360 dias	-	4.499.815	513.495	-	4.451.077	513.495
Total	169.368	6.641.559	531.994	168.487	6.573.523	531.994

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	90.281	-	-	81.081	-	-
Até 30 dias	-	238.384	1.006	-	238.385	1.006
De 31 a 60 dias	-	101.292	-	-	101.292	-
De 61 a 90 dias	-	61.168	-	-	61.168	-
De 91 a 180 dias	-	539.903	-	-	539.903	-
De 181 a 360 dias	-	992.052	66.043	-	874.740	66.043
Acima de 360 dias	-	3.810.913	-	-	3.825.637	-
Total	90.281	5.743.712	67.049	81.081	5.641.125	67.049

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	134.528	-
LFT - letra financeira do tesouro	-	135.003
NTN - notas do tesouro nacional	1.800.587	90.002
Debêntures	75.620	120.389
Total	2.010.735	345.394
Circulante	2.010.735	345.394

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado		
	31/12/2020		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Letras de crédito imobiliário	37.798	46.919	90.000
Letras de crédito do agronegócio	38.561	137.140	125.046
Letras financeiras	-	54.162	5.549
Total	76.359	238.221	220.595

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado		
	31/12/2020		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Repasses do país - instituições oficiais	2.987	5.655	14.377
Operações de repasses do exterior	3	36.395	-
Operações de empréstimos no exterior	5	-	-
Total	2.995	42.050	14.377

14. DÍVIDA SUBORDINADA

	Individual e Consolidado	
	Valor	Taxa de juros
Letras Financeiras		
De 3 a 12 meses	16.500	145% do CDI
De 1 a 3 anos	16.500	145% do CDI
De 3 a 5 anos	60.190	153% do CDI
De 5 a 15 anos	13.800	160% do CDI
Total	142.435	131.457

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual e Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	369	369	369	369
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	6.588	6.863	6.588	6.863
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	6.629	7.875	6.629	7.875
Fianças Prestadas (Nota 21)	4.733	4.150	4.733	4.150
Total	18.319	19.257	18.319	19.257
Não Circulante	18.319	19.257	18.319	19.257

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual				Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	49.499	48.797	369	369	51.787	51.020	369	369
Contingências Trabalhistas	4.973	2.762	6.588	6.863	4.973	2.762	6.588	6.863
Contingências Cíveis	863	6.224	6.629	7.875	863	6.224	6.629	7.875
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	4.733	4.150	-	-	4.733	4.150
Total	55.335	57.783	18.319	19.257	57.623	60.006	18.319	19.257

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no artigo 30., §1o. da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Desde então, o Pine iniciou os procedimentos necessários para viabilizar o levantamento dos depósitos judiciais vinculados a essas ações. Em 31 de dezembro de 2020, referente ao PIS, esses depósitos representavam R\$47.179 no Individual e R\$47.486 no Consolidado (R\$46.498 no Individual e R\$46.801 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam: (i) PIS: R\$0 no Individual e no Consolidado (R\$539 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019); e (ii) COFINS: R\$14.043 no Individual e no Consolidado (R\$17.617 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual				Consolidado			
	31/12/2020				31/12/2019			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	6.863	7.875	15.107	369	7.448	7.626	15.443
Constituição (reversão)	-	(1.067)	(1.615)	(2.682)	-	(929)	187	(742)
Atualização	-	792	369	1.161	-	344	62	406
Saldo final	369	6.588	6.629	13.586	369	6.863	7.875	15.107

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2020 o Pine possuía processos fiscais classificados como possíveis no valor de R\$184 no Individual e no Consolidado (R\$184 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	52	646	52	646
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	117.636	10.775	117.636	10.775
Credores diversos - país e exterior	40.268	20.565	44.524	34.802
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	217.305	190.964	220.588	194.251
Negociação e intermediação de valores	2.032	6.492	2.032	6.492
Resultado de exercícios futuros	20.149	33.894	20.149	33.894
Outras	23.125	25.092	23.245	25.278
Total	420.567	288.428	428.226	306.138
Circulante	174.612	60.762	180.507	78.278
Não Circulante	245.955	227.666	247.719	227.860

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	238	268	242	272
Impostos e contribuições sobre salários	2.913	3.042	2.913	3.042
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	1.777	2.176
ISS	135	171	157	171
IRRF	156	174	156	174
PIS e Cofins a recolher	476	434	622	510
Provisão para PIS e Cofins	-	-	1.182	898
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	213.387	186.875	213.539	187.008
Total	217.305	190.964	220.588	194.251
Circulante	23.749	13.305	25.269	16.461
Não Circulante	193.556	177.659	195.319	177.790

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.202.393 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2019) e está dividido em 148.157.764 ações nominativas, sendo 75.577.842 ordinárias e 72.579.922 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2019) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de dezembro de 2019 e homologado pelo Bacen em 26 de dezembro de 2019, foi deliberado o aumento de capital social de R\$1.112.259 para R\$1.202.393, com a emissão de 26.986.369 novas ações nominativas, sendo 10.399.359 ordinárias e 16.587.010 preferenciais.

Conforme deliberado em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25 de outubro de 2019 e 26 de dezembro de 2019 e homologado pelo Bacen em 30 de dezembro de 2019, foi realizado o aumento de capital no valor de R\$90.134, com a emissão de 26.986.369 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 10.399.359 ordinárias e 16.587.010 preferenciais.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Conforme Reuniões do Conselho de Administração realizadas, foi deliberado o não pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	27.326	2.561
Títulos e valores mobiliários	27.326	2.561
Hedge fluxo de caixa	(4)	5
Objeto do Hedge	396	3.149
Instrumento do Hedge	(400)	(3.144)
Outros	(927)	(3.921)
Efeito Tributário	(11.878)	609
Total	14.517	(746)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a depositantes	10.960	2.568
Rendas de empréstimos	262.353	255.299
Rendas de financiamentos	67.734	83.276
Total	341.047	341.143

b) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de depósitos interfinanceiros	2.386	4.267	2.386	4.267
Despesas de depósitos a prazo	428.117	468.420	425.513	463.199
Despesas de operações compromissadas	29.945	19.983	29.945	19.983
Despesas de operações com TVM no exterior ⁽¹⁾	(1.837)	152	(1.837)	152
Despesas de contribuição ao FGC	8.019	7.512	8.019	7.512
Despesas com LCA	8.630	9.377	8.630	9.377
Despesas com LF	19.018	16.397	19.018	16.397
Despesas com LCI	4.306	13.785	4.306	13.785
Total	498.584	539.893	495.980	534.672

(1) Contempla variação cambial.

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	1.627	4.710
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	482	3.133
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	50.660	37.132
Total	52.769	44.975

(1) Contempla variação cambial.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



d) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Comissão de Fiança	13.939	20.644	13.939	20.644
Comissão de Intermediação	2.210	2.913	4.044	2.913
Rendas de Cobrança	3.790	3.041	3.790	3.041
Renda com Tarifas	2.862	2.486	2.862	2.486
Outras	2.089	890	8.226	9.416
Total	24.890	29.974	32.861	38.500

e) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Proventos	44.367	42.096	44.455	42.096
Benefícios	12.652	11.587	12.652	11.603
Encargos sociais	18.347	17.552	18.347	17.552
Honorários da diretoria	10.835	10.467	10.835	10.467
Treinamento	93	203	93	203
Estagiários	700	963	700	981
Total	86.994	82.868	87.082	82.902

f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de água, energia e gás	194	438	194	438
Despesas com aluguéis	13.747	13.915	13.747	13.915
Despesas de arrendamento de bens	1.219	702	1.219	702
Despesas com contribuições filantrópicas	10	5	10	5
Despesas de comunicações	5.153	4.611	5.153	4.611
Despesas de manutenção e conservação de bens	877	1.182	877	1.182
Despesas de material	158	471	158	471
Despesas de processamento de dados	13.850	14.011	13.850	14.013
Despesas de relações públicas	1.119	2.248	1.332	2.301
Despesas de seguros	3.933	3.580	3.950	3.583
Despesas com serviços do sistema financeiro	10.601	11.795	10.862	12.229
Despesas com serviços de terceiros	1.112	1.717	2.799	3.289
Despesas com serviços de vigilância e segurança	2.304	2.550	2.661	2.550
Despesas com serviços técnicos especializados	9.669	11.210	10.218	11.847
Despesas de transporte	294	620	294	621
Despesas de viagens	155	453	157	469
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	16.167	19.800	16.211	19.800
Despesas de amortização e depreciação	2.149	990	2.149	990
Emolumentos judiciais e cartórios	271	442	486	1.544
Outras despesas administrativas	4.220	3.689	5.909	5.886
Total	87.202	94.429	92.236	100.446

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ISS	1.719	1.898	1.936	2.075
Cofins	3.508	8.780	5.168	11.497
PIS	570	1.427	927	2.008
Outros ⁽¹⁾	150	1.067	9.120	10.955
Total	5.947	13.172	17.151	26.535

(1) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se, substancialmente, a despesas com IPTU dos loteamentos da Pine Entre Verdes.

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de encargos e despesas	456	5.274	456	5.498
Atualização monetária ativa	1.075	1.767	1.164	1.879
Atualização de créditos judiciais	130	204	130	213
Reversão provisão Fiança	786	1.160	786	1.160
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	14.035	10.994	14.204	11.022
Reversão de outras provisões	-	1.051	-	1.182
Outras rendas operacionais ⁽¹⁾	285	24.309	9.253	75.527
Total	16.767	44.759	25.993	96.481

(1) Em 31 de dezembro de 2019, refere-se, principalmente, vendas de direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da Pine Entre Verdes no Consórcio Entre Verdes.

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	11.515	11.346	11.515	11.346
Despesa de cessão	59.256	-	59.256	-
Provisão de fiança	1.368	-	1.368	-
Outras provisões	-	-	-	3.545
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	33.339	55.109	39.924	92.945
Total	105.478	66.455	112.063	107.836

(1) Em 31 de dezembro de 2019, refere-se, principalmente, a baixa do custo contábil de direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da Pine Entre Verdes no Consórcio Entre Verdes.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



j) Resultado não operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Resultado não Operacional é composto por receita de R\$21.979 e despesa de R\$17.438 no Individual e receita de R\$57.728 e despesa de R\$78.859 no Consolidado (Total de R\$18.272 no Individual e R\$15.405 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019) corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso. Os saldos referentes a despesas com BNDU, foram reclassificados da rubrica 'Outras Despesas Administrativas' para 'Resultado Não Operacional'.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (prejuízo):

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	(136.342)	(284.610)	(134.388)	(280.260)
Prejuízo antes da tributação	(136.342)	(284.610)	(134.388)	(280.260)
Alíquota vigente (Nota 3.s)	45%	40%	45%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	61.354	113.844	60.475	112.104
Diferenças permanentes	11.364	52.558	10.289	49.948
Variação cambial de investimento no exterior	3.798	(3.996)	3.798	(3.996)
Alteração da alíquota da CSLL	-	79.984	-	79.984
Outros ajustes	7.566	(23.430)	6.491	(26.040)
Imposto de renda e contribuição social	72.718	166.402	70.764	162.052

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10. Além disso, como aspecto contingencial à pandemia do coronavírus (Covid-19), observamos adicionalmente as disposições das Resoluções do Banco Central nº 4.820 de 20 de maio de 2020 e nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020 que estabelecem, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10 e às Resoluções nº 4.820 e nº 4.885.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR;

b) o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Pine de forma imediata quando do pagamento da PLR; e

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$2.053 (R\$2.431 em 31 de dezembro de 2019) e a despesa no montante de R\$9.362 (R\$4.350 em 31 de dezembro de 2019) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração fixa	10.835	10.541
Remuneração variável	2.053	2.431
Benefícios de curto prazo	4.220	3.308
Total	17.108	16.280

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Prazos até	Taxa de juros % CDI	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Administradores ⁽¹⁾			8.393	21.539	(197)	375
Depósitos à vista	Sem vencimento		435	19	-	-
Depósitos a prazo	28/04/2027	100% a 120%	6.317	10.147	(116)	97
Recursos de letras de crédito do agronegócio	16/11/2021	90% a 100%	186	2	(3)	13
Recursos de letras de crédito imobiliário	08/11/2021	91% a 100%	135	8.686	(4)	147
Recursos de letras financeiras	12/03/2026	150%	1.320	2.685	(74)	118
Familiares imediatos ⁽¹⁾			23.613	17.621	(353)	557
Depósitos à vista	Sem vencimento		214	69	-	-
Depósitos a prazo	30/07/2027	98% a 120%	15.988	10.178	(62)	155
Recursos de letras de crédito do agronegócio	03/05/2022	96% a 100%	321	233	(8)	3
Recursos de letras de crédito imobiliário	08/11/2021	97,5% a 100%	163	490	(7)	48
Recursos de letras financeiras	12/03/2026	150%	6.927	6.651	(276)	351
Empresas ligadas			73.665	111.810	(807)	(2.932)
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda			1	4	3	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda			3	-	(3)	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda			1	3	2	-
Pine Corretora de Seguros Ltda			8	15	7	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Sem vencimento		4	17	-	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Sem vencimento		-	1	-	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		164	377	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda	Sem vencimento		219	319	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		19	929	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA	Sem vencimento		5.209	7.557	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	10/08/2023	99%	13.368	61.725	(299)	(1.664)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	13/09/2023	99%	1.059	852	(9)	(23)
Pine Planejamento e Serviços Ltda	14/12/2020	99%	174	172	(2)	(5)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	07/06/2021	99%	17.759	31.717	(225)	(1.077)
Pine Corretora de Seguros Ltda	15/05/2023	99%	5.072	8.122	(60)	(163)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	08/09/2023	99%	624	-	(7)	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda	17/05/2023	99%	29.981	-	(214)	-

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

	Saldo inicial em 31/12/2019	Aplicações/ Depósitos	Resgates/ Saques	Juros/ Remuneração	Saldo final em 31/12/2020
Administradores	21.539	6.781	(20.124)	197	8.393
Depósitos à vista	19	588	(172)	-	435
Depósitos a prazo	10.147	5.825	(9.771)	116	6.317
Recursos de letras de crédito do agronegócio	2	234	(53)	3	186
Recursos de letras de crédito imobiliário	8.686	134	(8.689)	4	135
Recursos de letras financeiras	2.685	-	(1.439)	74	1.320
Familiares imediatos	17.621	26.606	(20.967)	353	23.613
Depósitos à vista	69	389	(244)	-	214
Depósitos a prazo	10.178	25.737	(19.989)	62	15.988
Recursos de letras de crédito do agronegócio	233	317	(237)	8	321
Recursos de letras de crédito imobiliário	490	163	(497)	7	163
Recursos de letras financeiras	6.651	-	-	276	6.927
Empresas ligadas	111.810	57.256	(96.217)	816	73.665
Valores a Receber	22	3	(12)	-	13
Depósitos à vista	9.200	17.422	(21.007)	-	5.615
Depósitos a prazo	102.588	39.831	(75.198)	816	68.037

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

						31/12/2020
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.559.894	2,15	1.559.894	1,05
Administradores	-	-	2.206.392	3,04	2.206.392	1,49
Total	75.577.842	100,00	18.926.588	26,08	94.504.430	63,78

						31/12/2019
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	70,81
Conselho de Administração	-	-	1.852.394	2,55	1.852.394	11,48
Administradores	-	-	2.783.110	3,83	2.783.110	1,88
Total	75.577.842	100,00	19.795.806	27,27	95.373.648	84,17

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	-	-	139.189	845
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	371.697	503	439.950	1.471
Outras Fianças Bancárias	47.545	4.230	50.177	1.834
Total	419.242	4.733	629.316	4.150

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução e visão geral

O Pine tem como forte diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, onde possui a sua estrutura integrada de gerenciamento de riscos e capital, sendo sustentada por comitês que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de controle de risco estão em constante aprimoramento, buscando identificar e limitar perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, sempre mantendo altos padrões de credibilidade e segurança na governança corporativa.

Os níveis aceitáveis de apetite a riscos atende os objetivos da Administração alinhados com requerimentos regulatórios e compreende os níveis de tolerância definidos nos indicadores de limites e alertas. A estrutura de gerenciamento de riscos é definida pelo Conselho de Administração, onde as funções são subsidiadas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital nas atribuições de aprovação dos fatores, indicadores e montantes de limites e alertas.

A estrutura de Gestão de Riscos do Banco Pine contemplou os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas em caso de inadimplência total ou parcial dos clientes, ou das contrapartes, no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Pine. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Nossa exposição ao risco de crédito está relacionada em sua maior parte à aplicação de recursos financeiros na forma de empréstimos, adiantamentos, repasses e outros produtos tradicionais de crédito, seja em moeda local ou estrangeira; à exposição a títulos de emissão privada; à prestação de garantias e coobrigações e aos recebíveis oriundos de operações de derivativos de balcão com clientes.

Gerenciamento do risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da ocorrência de perdas associadas ao:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; e
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo monitoramento, análises de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

c) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - Asset and liability committee e da Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes e limites neste comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - Asset and liability committee):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (funding gap);
- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - Asset and liability committee):

- Projeção de cenários de estresse de liquidez: moderado e extremo;

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



- Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
- Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - Asset and liability committee e da Administração.

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão compreendidas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - Asset and liability committee);
- Área ALM na Tesouraria;
- Área de Gestão de Riscos.

d) Risco de mercado e IRRBB

Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Pine.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

O IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) pode ser definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Pine vis a vis o apetite ao risco definido pelo Comitê de Tesouraria e aprovado pelo Conselho de Administração.

A área de gestão de risco de mercado efetua diariamente o cálculo do Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Pine.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo Comitê de Tesouraria.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Pine, bem como o atendimento da regulamentação em vigor.

Metodologias

Valor de mercado:

O objetivo da marcação a valor de mercado (MtM) é tornar o apreçamento dos ativos e passivos contidos nas carteiras trading e banking do Pine o mais transparente possível, visando as análises aos fatores de riscos de mercado e a proteção patrimonial dos acionistas.

Value at risk – VaR (Valor em risco):

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Pine. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Bacen, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

Análises:

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de sensibilidade aos fatores de risco

Nesta análise procura-se avaliar a variação do valor de mercado da carteira a uma pequena variação das estruturas a termo de taxas de juros. O cenário aplicado é o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras da Instituição. Essa análise é importante, pois leva em conta a maturidade (duração) dos diferentes ativos que compõem as carteiras.

Análise de estresse

Diariamente são efetuados testes de estresse que são divulgados em conjunto com as figuras de Risco do Pine para cada tipo de exposição (prefixado-juros, Dólar, inflação e ações) considerando os cenários divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão para cada fator de risco. São considerados dois cenários de alta e dois cenários de baixa.

Riscos

Risco de taxa de juros: surge da possibilidade de que variações na taxa de juros afetarão os fluxos de caixa futuros ou o valor justo de instrumentos financeiros.

Risco de moedas: é o risco de variação no valor de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. O Conselho estabeleceu limites de posições em moedas estrangeiras. Conforme as políticas do Pine, posições são monitoradas diariamente e estratégias de hedge são utilizadas para manter as posições dentro dos limites preestabelecidos.

Risco de preço de ações: é o risco de o valor justo de ações diminuir como resultado de variações no nível de índices de ações ou ações individuais.

Risco de Commodities: é o risco devido à oscilação dos preços de produtos físicos (produtos agrícolas, petróleo, metais, etc).

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Exposição ao Risco

Carteiras mantidas para negociação

Essa carteira é composta somente por operações em negociação (trading) do Pine transacionadas com a intenção de negociação, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem. Pode ainda, ser incluída operação destinada a hedge da referida carteira.

Exposição aos riscos de mercado - Carteiras mantidas para negociação

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Pine referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, considerando o critério de 99% de confiança e holding período de 1 dia.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela regulamentação em vigor.

Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2020:

		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2020		
		Cenários		
Fator de Risco	Exposição	Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	790.261	9.654.333	19.308.666
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	(1.918.057)	(11.252.756)	(22.505.513)
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	2.143	185	371
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(3.406.288)	(3.232.666)	(6.465.333)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(38.790)	(259.997)	(519.993)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	258	26.995	53.990
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	348	30.963	61.926
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	168.720	254.138	508.276
Total (soma não correlacionada)*		(6.175.618)	(24.669.009)	(49.338.017)
Total (soma correlacionada)**		(4.401.405)	(4.778.805)	(9.557.611)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários			
Cenário I - Provável			
Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31/12/2020 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	2,86%	0,81%	2,88%
Índice de Preços (IPCA)	-1,54%	2,31%	-1,58%
Taxa TJLP (TJLP)	-1,71%	0,72%	-1,72%
Taxa Referencial (TR)	2,85%	0,80%	2,87%
Taxa de Cupom de Dólar	0,89%	0,53%	0,89%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,09%	0,30%	1,09%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,73%	0,00%	1,73%
Cesta de Moedas	5,18	15,51%	5,98
Cenário II - Possível			
Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	2,86%	25%	3,58%
Índice de Preços (IPCA)	-1,54%	25%	-1,92%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	-1,71%	25%	-2,14%
Taxa Referencial (TR)	2,85%	25%	3,56%
Taxa de Cupom de Dólar	0,89%	25%	1,11%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,09%	25%	1,36%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,73%	25%	2,16%
Cesta de Moedas	5,18	25%	6,47
Cenário III - Remoto			
Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	2,86%	50%	4,29%
Índice de Preços (IPCA)	-1,54%	50%	-2,31%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	-1,71%	50%	-2,56%
Taxa Referencial (TR)	2,85%	50%	4,28%
Taxa de Cupom de Dólar	0,89%	50%	1,33%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,09%	50%	1,63%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	1,73%	50%	2,59%
Cesta de Moedas	5,18	50%	7,77

e) Risco socioambiental

O Pine atua com responsabilidade social em todos os negócios realizados, agindo sempre de maneira ética e transparente em todas as suas esferas, para assim contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade e zelar para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável.

Dado que os principais impactos socioambientais recaem sobre o core business do Pine - na concessão de crédito corporativo - é essencial visar a responsabilidade socioambiental como um dos critérios de aprovação da linha. Isso possibilita o Pine a trabalhar com organismos multilaterais focados no desenvolvimento socioambiental.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Nesse cenário, o Pine possui uma atuação 100% responsável ao trabalhar com linhas de crédito aprovadas por organismos multilaterais que impõem uma série de compromissos socioambientais em suas operações. Alinhado a esses organismos e seus princípios, o Pine conta com uma Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA") que determina os aspectos a serem observados na gestão da operação do Pine e no relacionamento com sua cadeia de valor.

Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA")

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição.

Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente.

Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

f) Risco operacional

Definição

O Pine define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380/06. Nessa definição inclui o risco legal, decorrente da possibilidade de ocorrer perdas em virtude de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, incluindo alterações retroativas, decisões judiciais e acordos favoráveis e a sanções decorrentes de descumprimento de dispositivos legais, bem como a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Gestão de risco operacional

A transparência sobre os riscos e a preocupação em mitigá-los com controles internos eficientes e adequados é de conhecimento de todos os níveis hierárquicos, nossa governança é estruturada de forma a contemplar a discussão de riscos relevantes em Comitês e fóruns apropriados o que permite o gerenciamento proativo e o resguardo de recursos, minimizando o risco de perdas de alta severidade, mesmo que de baixa ou nenhuma frequência.

Desta forma, é entendido pelo Pine que o gerenciamento do risco operacional cria valor para os acionistas ao reduzir o risco quando evita ou diminui as perdas, tornando os processos mais eficientes, permitindo respostas rápidas a contingências, eliminando ou reduzindo riscos, melhorando o desempenho do negócio e alinhando o retorno financeiro à estratégia da instituição.

g) Índice de Basileia

O Pine, em 31 de dezembro de 2020, atingiu o índice de 11,67% (12,33% em 31 de dezembro de 2019), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'.

h) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

i) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de imobilização foi de 17,35% (23,30% em 31 de dezembro de 2019).

j) Outros riscos - Ambiente de tecnologia da informação

Os negócios do Pine dependem da capacidade computacional do ambiente tecnológico.

Reconhecemos que nossa competitividade também está pautada no funcionamento adequado de nosso controle financeiro, gestão de riscos, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados, e por isso priorizamos nossa resiliência por meio de soluções sistêmicas e tecnológicas que podem mitigar os impactos causados e falhas no ambiente. Operamos com políticas conservadoras de armazenamento e segurança dos dados que viabilizam sua rápida recuperação, optamos por manter os sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real no site de contingência. Entendemos que qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, podem ter efeito adverso relevante sobre nosso negócio.

Continuamente investimos em melhorias constantes em nosso ambiente tecnológico. Como amostra deste cenário o Pine busca inovar seguindo as tendências tecnológicas do mercado, investir na automatização contínua dos processos críticos, na reformulação sistêmica para integração dos processos internos visando mais sinergia e agilidade. Tecnologia da informação tem importância estratégica para o nosso negócio, desta forma investimos em capacidade intelectual bem como nas mais modernas soluções seguras e disruptivas.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no exercício estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	31/12/2020		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	25.277	1.886
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	26.011	1.438

Em 31 de dezembro de 2020, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2020, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	50.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	119
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.090
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro garantia	Judicial para Execução Fiscal	324.977

b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens".

c) Valor justo de instrumentos financeiros

Apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício.

	31/12/2020	
	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	75.342	75.342
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	7.504.578	7.514.922
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.020.674	2.958.600
Outros créditos ^(iv)	667.410	675.038
Total de ativos financeiros	11.268.004	11.223.902
Passivos		
Depósitos à vista ^(v)	168.487	168.487
Depósitos interfinanceiros ^(vi)	531.994	531.994
Depósitos a prazo ^(vii)	5.507.151	6.573.523
Captação no mercado aberto ^(viii)	2.010.735	2.010.735
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(ix)	535.950	535.175
Obrigação por empréstimos e repasses ^(x)	61.764	41.756
Dívida subordinada ^(xi)	142.435	142.435
Total de passivos financeiros	8.958.516	10.004.105

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.

iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Segmentos operacionais

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e Pine Securities, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica. O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

e) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263 de 24/02/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

f) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 31 de dezembro de 2020, efetuamos a reclassificação de R\$36.395 para curto prazo (R\$49.894 em 31 de dezembro de 2019).

g) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



h) Resultado Recorrente e Não Recorrente

Segregação dos Resultados Recorrentes e Não Recorrentes, conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20:

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(63.624)	(118.208)
(-) Eventos não Recorrentes (Líquido dos efeitos tributários)	(29.895)	5.888
Majoração da Alíquota ⁽¹⁾	-	79.985
Provisão Adicional (Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)	(27.973)	(69.452)
Outras Despesas Administrativas ⁽²⁾	(1.922)	(4.645)
Prejuízo Recorrente do exercício	(33.729)	(124.096)

(1) Majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%.

(2) Sentenças judiciais sobre retomada de BNDU.

26. OUTROS ASSUNTOS

Devido ao cenário pandêmico causado pelo novo Coronavírus (Covid-19), o Banco Pine teve que se adaptar rapidamente, adotando medidas imediatas visando priorizar a saúde e bem-estar dos colaboradores, como a implantação do trabalho remoto para 100% do quadro de funcionários. Além disso, manteve suas atividades em plena operação, com agilidade e flexibilidade nos canais de atendimento. O Banco manteve o monitoramento tempestivo da qualidade de crédito e situação financeira dos clientes por meio do Comitê Estratégico com os membros do Comitê Executivo.

O Banco continuou capturando oportunidades e avançando no planejamento estratégico, sempre pautado nos modelos de riscos que ajudaram a elevar as margens e controlar a qualidade dos ativos. Até o momento, entende-se que não há mudança relevante no modelo de negócios e na dinâmica de mercado de grandes e média empresas, mas é preciso entender como será a velocidade da retomada econômica e os impactos na despesa de crédito devido à absorção dos prejuízos da pandemia por parte das companhias, movimento que ainda não pode ser observado com total clareza, dado as medidas de contingência implementadas pelo governo ao longo do ano.

No segundo semestre de 2020, o fluxo de recebimentos do Banco ocorreu normalmente e, aos clientes que solicitaram, foi estruturada uma renegociação pontual do contrato com o objetivo de proporcionar maior capacidade financeira no curto prazo. Também foi possível notar um aumento na carteira de crédito do Banco, com destaque para a participação relevante na comercialização de produtos voltados para capital de giro, resposta ao otimismo do mercado com a retomada da economia. Houve também uma melhora na qualidade dos ativos, evidenciando o sucesso das estratégias de gestão.

O Banco continua com o monitoramento constante dos limites operacionais e de apetite a riscos, e para mais informações sobre o impacto da pandemia na operação do Banco, consulte o relatório gerencial do quarto trimestre disponível no site de Relações com Investidores www.ri.pine.com.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Conselho de Administração do Pine, em reunião realizada no dia 21 de janeiro de 2021, aprovou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (total return equity swap – "TRS") com liquidação financeira ("Operação"), tendo por referência ações de emissão da Companhia, com o objetivo de proteção de balanço ("hedge"). Os contratos poderão acarretar a exposição em até 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia (PINE4), sendo respeitado o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15. A finalidade da Operação é neutralizar os eventuais efeitos da oscilação das cotações das ações PINE4, no contexto dos planos de remuneração variável que são pagos aos administradores da Companhia, nos termos da Resolução CMN nº 3.921, em Reais com cálculo baseado no valor de mercado das ações PINE4. Como se trata de uma operação TRS com liquidação exclusivamente financeira, a celebração dos contratos de swap não resultará na aquisição ou alienação de ações pela Companhia e não terá impacto sobre a composição do seu controle acionário ou da sua estrutura administrativa.

A DIRETORIA

CONTADOR

José Aparecido da Silva - CRC nº 1SP152186/O-4

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.
CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
4º andar | São Paulo – Brasil



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

BANCO PINE S.A.
 POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO



Acionistas	31/12/2020					
	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)	%	Quantidade do Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	61,24
Administradores	-	0,00	3.766.286	5,19	3.766.286	2,54
Conselho de Administração	-	0,00	1.559.894	2,15	1.559.894	1,05
Diretoria	-	0,00	2.206.392	3,04	2.206.392	1,49
Outros Acionistas	-	0,00	53.653.334	73,92	53.653.334	36,21
Total	75.577.842	100,00	72.579.922	100,00	148.157.764	100,00
Ações em Circulação			53.653.334	73,92	53.653.334	36,21

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3(e) e 6(a), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo.

Esses investimentos em títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a Administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. A mensuração do valor justo foi efetuada por meio do método de fluxo de caixa descontado, que considera premissas estabelecidas internamente pela Administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação da captura das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analizamos a metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela Administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela Administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (rating) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (rating) das operações considera julgamento por parte da Administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela Administração para a determinação dos ratings e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3(s) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela Administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela Administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela Administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Bens não de uso próprio

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 11(a), o Banco possui bens não de uso próprio compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A Administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo e premissas estabelecidas pela Administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da Administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis e a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela Administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela Administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela Administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis em todos aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido aos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e confirmamos com os assessores jurídicos os dados dos processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriados.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a

formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

**Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria
(estatutário ou não)**

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RESUMO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – Bacen e da Comissão de Valores mobiliários – CVM, e atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento (disponível no site ri.pine.com), tendo por competência zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o exercício de supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria

No cumprimento de suas atribuições em relação ao 2º semestre de 2020 e em relação às atividades a seguir, o Comitê de Auditoria:

a) Auditoria Independente: O Comitê realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros. As recomendações incluídas nos relatórios de controles internos foram apresentadas ao Comitê de Auditoria, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê monitorou o funcionamento da Auditoria Interna, discutiu e acompanhou a execução do plano de auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Comitê apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a PwC os critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, os balanços individuais e consolidados, os relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto, o relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente.

d) Administração de Riscos: A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma integrada, compreendendo Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional, regulamentados pelo Banco Central do Brasil. O Comitê acompanhou os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

Atenção especial foi dada à gestão da crise provocada pela pandemia do COVID-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas voltadas a: (i) segurança e bem-estar dos funcionários; (ii) continuidade dos negócios; (iii) administração dos riscos; (iv) liquidez; (v) solvência; (vi) concessão e renegociação de dívidas; (vii) comunicação com stakeholders; (viii) tecnologia; (ix) atendimento ao Bacen e (x) faseamento do plano de retorno e treinamento dos funcionários para o novo ambiente de trabalho. O plano de contorno dos efeitos da crise COVID-19 demonstrou agilidade, completude e eficiência.

e) Outras atividades do Comitê: O Comitê realizou reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento e apreciação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, prevenção à lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, canais de denúncia e ouvidoria, transações com partes relacionadas, LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, realização de créditos tributários, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento. O Comitê apresentou relatos sistemáticos das suas atividades para o Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que o sistema de controles internos é adequado ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e que conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e o estudo de realização do crédito tributário, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2021.

Carlos Elder Maciel de Aquino – Presidente

Guy Almeida Andrade – Membro Qualificado

Lavinia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira – Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez
Eduardo Magalhães Fonseca
Jefferson Dias Miceli
Carlos Eduardo Tyba
Eugenio Fabbri Neto
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
José Aparecido Da Silva
Marcelo Camargo
Sergio Luís Patrício
Renata Leme Borges dos Santos
Rodrigo Esteves Pinheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021.

Membros da Diretoria Executiva

Mauro Sanchez

Eduardo Magalhães Fonseca

Jefferson Dias Miceli

Carlos Eduardo Tyba

Eugenio Fabbri Neto

Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo

Jailton Marcio Donasan

José Aparecido Da Silva

Marcelo Camargo

Sergio Luís Patrício

Renata Leme Borges dos Santos

Rodrigo Esteves Pinheiro